



SIMULADO ESPECIAL

SEFAZ SP

Contabilidade Pública

Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

1. Este simulado conta com questões focadas para o concurso **SEFAZ-SP**;
2. A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
3. As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
4. A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/g9th4TqaHXxGNUT7A>

01 - ABCDE	21 - ABCDE	41 - ABCDE	61 - ABCDE	81 - ABCDE	101 - ABCDE
02 - ABCDE	22 - ABCDE	42 - ABCDE	62 - ABCDE	82 - ABCDE	102 - ABCDE
03 - ABCDE	23 - ABCDE	43 - ABCDE	63 - ABCDE	83 - ABCDE	103 - ABCDE
04 - ABCDE	24 - ABCDE	44 - ABCDE	64 - ABCDE	84 - ABCDE	104 - ABCDE
05 - ABCDE	25 - ABCDE	45 - ABCDE	65 - ABCDE	85 - ABCDE	105 - ABCDE
06 - ABCDE	26 - ABCDE	46 - ABCDE	66 - ABCDE	86 - ABCDE	106 - ABCDE
07 - ABCDE	27 - ABCDE	47 - ABCDE	67 - ABCDE	87 - ABCDE	107 - ABCDE
08 - ABCDE	28 - ABCDE	48 - ABCDE	68 - ABCDE	88 - ABCDE	108 - ABCDE
09 - ABCDE	29 - ABCDE	49 - ABCDE	69 - ABCDE	89 - ABCDE	109 - ABCDE
10 - ABCDE	30 - ABCDE	50 - ABCDE	70 - ABCDE	90 - ABCDE	110 - ABCDE
11 - ABCDE	31 - ABCDE	51 - ABCDE	71 - ABCDE	91 - ABCDE	111 - ABCDE
12 - ABCDE	32 - ABCDE	52 - ABCDE	72 - ABCDE	92 - ABCDE	112 - ABCDE
13 - ABCDE	33 - ABCDE	53 - ABCDE	73 - ABCDE	93 - ABCDE	113 - ABCDE
14 - ABCDE	34 - ABCDE	54 - ABCDE	74 - ABCDE	94 - ABCDE	114 - ABCDE
15 - ABCDE	35 - ABCDE	55 - ABCDE	75 - ABCDE	95 - ABCDE	115 - ABCDE
16 - ABCDE	36 - ABCDE	56 - ABCDE	76 - ABCDE	96 - ABCDE	116 - ABCDE
17 - ABCDE	37 - ABCDE	57 - ABCDE	77 - ABCDE	97 - ABCDE	117 - ABCDE
18 - ABCDE	38 - ABCDE	58 - ABCDE	78 - ABCDE	98 - ABCDE	118 - ABCDE
19 - ABCDE	39 - ABCDE	59 - ABCDE	79 - ABCDE	99 - ABCDE	119 - ABCDE
20 - ABCDE	40 - ABCDE	60 - ABCDE	80 - ABCDE	100 - ABCDE	120 - ABCDE

RANKING CLASSIFICATÓRIO

Confira sua nota e posição no Ranking Classificatório e saiba o seu desempenho.

<http://estrategi.ac/y75t70>

SISTEMA DE QUESTÕES

Acesse o link abaixo para fazer este simulado no Sistema de Questões.

<https://bit.ly/4BsYqN8>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**ADMINISTRAÇÃO GERAL***Stefan Fantini*

1. Em determinada organização, a alta administração é responsável pela elaboração de um planejamento que abrange toda a instituição, estabelecendo os caminhos a serem seguidos no longo prazo.

O tipo de planejamento descrito é denominado:

- a) planejamento tático
- b) planejamento gerencial
- c) planejamento operacional
- d) planejamento intermediário
- e) planejamento estratégico

2. “Ser instituição protagonista e inovadora em planejamento e gestão de recursos financeiros.”

O trecho acima, extraído do Planejamento Estratégico da SEFAZ-SP, representa

- a) a missão da SEFAZ-SP
- b) o propósito da SEFAZ-SP
- c) a visão da SEFAZ-SP
- d) os valores da SEFAZ-SP
- e) a ética da SEFAZ-SP

3. A forma de coordenação que ocorre a partir da comunicação entre os responsáveis pela realização de uma tarefa, em relações que não implicam subordinação, é denominada:

- a) Supervisão direta.
- b) Função de staff.
- c) Padronização de resultados.
- d) Ajuste espontâneo.
- e) Autoridade de linha.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA*Rodrigo Rennó*

4. A trajetória da administração pública costuma ser analisada a partir de modelos de gestão que se sucederam no tempo. No Brasil, a reforma gerencial da década de 1990 representou um marco importante nesse processo.

Sobre os modelos de administração pública e a reforma gerencial brasileira, assinale a alternativa correta.

- a) No modelo patrimonialista, há clara distinção entre os bens públicos e os bens particulares do governante.
- b) A administração burocrática tem como foco principal os resultados e a satisfação do cidadão-cliente.
- c) O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995) propôs a transição para a administração gerencial, com foco em resultados e maior autonomia aos gestores.
- d) A administração gerencial surgiu antes da administração burocrática na evolução dos modelos de gestão.
- e) O modelo gerencial afasta os instrumentos de controle da administração pública.

5. Os conceitos de governança, governabilidade e accountability ganharam centralidade na administração pública com a difusão da Nova Gestão Pública (NGP).

A respeito da Nova Gestão Pública e desses conceitos, assinale a alternativa correta.

- a) A Nova Gestão Pública rejeita a importação de ferramentas gerenciais oriundas do setor privado.
- b) A governabilidade diz respeito à capacidade técnica de formular e implementar políticas, sem relação com o apoio político.
- c) A accountability resume-se à prestação de contas de natureza financeira dos gestores públicos.
- d) A dimensão vertical da accountability refere-se ao controle recíproco exercido entre as instituições do Estado.
- e) A governança pública diz respeito à capacidade de direção, coordenação e controle do Estado voltada à entrega de resultados à sociedade.

6. A transparência e o acesso à informação são pilares da administração pública contemporânea, disciplinados pela Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), e relacionam-se com o ciclo das políticas públicas.

Sobre o acesso à informação e as políticas públicas, assinale a alternativa correta.

- a) Na Lei de Acesso à Informação, o sigilo é a regra geral e a publicidade, a exceção.
- b) A transparência ativa consiste na divulgação espontânea, pelo poder público, de informações de interesse coletivo, independentemente de solicitação.
- c) O fornecimento da informação pública depende de o solicitante demonstrar as razões do seu pedido.
- d) A formação da agenda corresponde à etapa de execução das políticas públicas pela burocracia.
- e) A avaliação das políticas públicas antecede a sua formulação no ciclo de políticas.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Tonyvan Carvalho

7. Durante o planejamento de trabalhos de fiscalização em determinada entidade pública, o Tribunal de Contas identificou três situações:

- I. Necessidade de examinar as demonstrações contábeis da entidade, com o propósito de obter evidências suficientes e apropriadas que permitam expressar opinião sobre a existência de distorções relevantes decorrentes de fraude ou erro, considerando a estrutura de relatório financeiro aplicável.
- II. Necessidade de avaliar se determinado programa governamental alcançou os resultados pretendidos, considerando a utilização dos recursos disponíveis, os custos envolvidos e a possibilidade de aperfeiçoamento das ações implementadas, mediante análise das causas dos desvios identificados.
- III. Necessidade de verificar se determinadas contratações públicas observaram não apenas as disposições legais e regulamentares aplicáveis, mas também os acordos, as políticas institucionais e os princípios gerais que regem a gestão financeira responsável no setor público.

Considerando os objetivos, os critérios e as características das auditorias do setor público, conforme a NBASP 100, assinale a alternativa correta.

- a) A situação I caracteriza auditoria financeira, cuja finalidade é assegurar que as demonstrações contábeis estejam integralmente livres de quaisquer distorções, independentemente de sua relevância, enquanto a situação III caracteriza auditoria de conformidade, cujos critérios se restringem às normas juridicamente vinculantes.
- b) A situação II caracteriza auditoria operacional, na qual a análise dos princípios de economicidade, eficiência e efetividade pressupõe necessariamente a identificação de irregularidades legais, sendo a formulação de recomendações condicionada à comprovação de descumprimento normativo.

- c) A situação III caracteriza auditoria de conformidade, cujos critérios podem abranger leis, regulamentos, políticas, acordos e princípios gerais aplicáveis à gestão pública, enquanto a situação II caracteriza auditoria operacional, voltada à avaliação do desempenho segundo critérios adequados, à análise das causas dos desvios e à identificação de oportunidades de aperfeiçoamento.
- d) As situações I e III caracterizam auditorias financeiras, pois ambas envolvem transações financeiras e informações contábeis, distinguindo-se exclusivamente pela natureza dos critérios utilizados, sendo a auditoria de conformidade aplicável apenas a objetos sem repercussão financeira.
- e) A situação II caracteriza auditoria operacional, cujo objetivo principal consiste em emitir opinião sobre a conformidade das informações financeiras com a estrutura contábil aplicável, enquanto a situação I caracteriza auditoria de conformidade, em razão da necessidade de obtenção de evidências suficientes e apropriadas.
- 8.** Durante a execução de auditoria financeira em uma autarquia estadual, a equipe de fiscalização identificou divergências relevantes entre os saldos registrados no sistema contábil da entidade e as informações obtidas diretamente de terceiros. Adicionalmente, determinados documentos utilizados para fundamentar os registros apresentavam características que suscitaram questionamentos sobre sua autenticidade e integridade.
- Ao avaliar os elementos probatórios reunidos, o auditor constatou que as inconsistências poderiam comprometer a fundamentação de suas conclusões e, eventualmente, afetar outras áreas examinadas no trabalho.
- Considerando as disposições da NBC TA 500 – Evidência de Auditoria, assinale a alternativa que apresenta a conduta tecnicamente adequada a ser adotada pelo auditor.
- a) Priorizar as informações obtidas de terceiros independentes, considerando que sua origem externa lhes confere confiabilidade absoluta, tornando desnecessária a execução de procedimentos complementares.
- b) Selecionar, mediante julgamento profissional, os elementos probatórios que apresentem maior grau de credibilidade, afastando os demais, desde que a decisão seja devidamente fundamentada na documentação de auditoria.
- c) Comunicar as divergências à administração da entidade e considerar suficientes os esclarecimentos formalmente apresentados, uma vez que a responsabilidade pela integridade dos registros contábeis pertence aos gestores.
- d) Reavaliar exclusivamente os procedimentos relacionados aos saldos divergentes, uma vez que eventuais inconsistências entre evidências não devem interferir na avaliação de outros componentes da auditoria.
- e) Avaliar a necessidade de modificar ou ampliar os procedimentos de auditoria para esclarecer as divergências e as dúvidas identificadas, considerando também os possíveis reflexos dessas circunstâncias sobre outros aspectos do trabalho.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Herbert Almeida*

9. João, dirigente de uma autarquia estadual qualificada legalmente como agência executiva, depara-se com diversas demandas logísticas e operacionais essenciais para o funcionamento do órgão. Entre as necessidades imediatas, listam-se: a compra de materiais de expediente comuns para abastecer o almoxarifado, a contratação de um serviço de restauração de uma obra de arte histórica pertencente ao acervo da autarquia, a aquisição de um software específico que só pode ser fornecido por uma empresa representante exclusiva no Brasil, e a realização de uma contratação direta, que, por um descuido, acabou sendo efetivada com erro grosseiro. Diante dessas necessidades, João analisa os procedimentos cabíveis sob a ótica da Lei nº 14.133/2021. Com base na situação narrada e nas regras de contratação direta, assinale a alternativa correta:

- a) Na aquisição do software que só pode ser fornecido por empresa representante exclusiva, a licitação será considerada dispensável, devendo a comprovação ser feita mediante atestado de exclusividade e sendo expressamente permitida a preferência por marca específica.
- b) Para a compra dos materiais de expediente por baixo valor, a licitação é dispensável para valores inferiores a R\$ 50.000,00, não se aplicando o limite em dobro para a autarquia qualificada como agência executiva, visto que tal regra de duplicação é restrita aos consórcios públicos.
- c) A contratação do serviço de restauração da obra de arte histórica caracterizará hipótese de inexigibilidade de licitação caso se trate de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual prestado por profissional ou empresa de notória especialização.
- d) Na hipótese de a contratação direta ter sido indevida e ocorrida com erro grosseiro, apenas o agente público responsável responderá pelo dano causado ao erário, excluindo-se a responsabilidade do particular contratado.

e) Caso opte pela dispensa de licitação em razão do baixo valor, a Administração fica estritamente proibida de realizar divulgação prévia de aviso em sítio eletrônico para obter propostas adicionais, visto que a dispensa extingue qualquer rito competitivo.

10. Determinada Secretaria de Estado firmou contrato administrativo para a prestação continuada de serviços de tecnologia da informação. No decorrer da execução contratual, surgiram controvérsias operacionais decorrentes do atraso no repasse de pagamentos devidos pelo poder público, levando o particular a questionar os limites e possibilidades de paralisação das atividades prestadas. Considerando o regime das cláusulas exorbitantes e as regras relativas à exceção do contrato não cumprido previstas na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta:

- a) O contratado pode suspender imediatamente a execução de suas obrigações contratuais tão logo seja constatado qualquer atraso no pagamento de parcelas devidas pela Administração Pública.
- b) Na hipótese de inadimplemento da Administração por atraso superior a dois meses, o contratado poderá exigir a suspensão do contrato mesmo quando decorrente de situação de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra.
- c) Caso a inadimplência contratual seja praticada pelo próprio contratado, a Administração Pública também ficará impedida de suspender os pagamentos até que decorra o prazo mínimo de dois meses do descumprimento.
- d) O contratado terá direito à extinção do contrato ou à suspensão do cumprimento de suas obrigações quando houver atraso superior a dois meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração Pública, ressalvadas as hipóteses de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.

e) Nos contratos de concessão de serviços públicos regidos pela Lei nº 8.987/1995, havendo inadimplência da Administração Pública, a concessionária pode paralisar imediatamente os serviços prestados assim que ajuizar a ação de rescisão judicial.

11. Um servidor público estadual passou a ser investigado nas esferas cível, criminal e administrativa sob a acusação de ter praticado ato que acarretaria lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito no exercício de suas funções. No âmbito das discussões sobre a independência das instâncias e a aplicação das sanções, a autoridade competente observou as regras estabelecidas pela Lei nº 8.429/1992. Considerando o regime jurídico do ressarcimento ao erário, a independência das instâncias e a apresentação da declaração de bens pelo agente público, assinale a alternativa correta:

- a) A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza apresentada à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, a qual deverá ser atualizada anualmente e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, do cargo, do emprego ou da função.
- b) O agente público que se recusar a prestar a declaração dos bens dentro do prazo determinado ou que prestar declaração falsa será apenado unicamente com a sanção de advertência por se tratar de infração meramente formal.
- c) Na hipótese de ocorrer lesão ao patrimônio público, a reparação do dano fixada em ação de improbidade administrativa independe de eventual ressarcimento já ocorrido nas instâncias criminal, civil e administrativa sobre os mesmos fatos, sendo vedada qualquer dedução.
- d) As sentenças civis e penais produzirão efeitos em relação à ação de improbidade administrativa em qualquer hipótese de absolvição,

independentemente de concluírem ou não pela inexistência da conduta ou pela negativa da autoria.

e) A aplicação da pena administrativa de demissão a servidor público em razão da prática de improbidade administrativa depende indispensavelmente de prévia condenação, por autoridade judiciária, à perda da função pública.

12. João, cidadão atuante, protocolou um pedido de acesso a informações perante determinada autarquia para obter cópias físicas de uma série de processos administrativos. O volume de documentos solicitados é grande, inviabilizando a concessão de acesso imediato e gerando custos materiais significativos de reprodução. Ademais, verificou-se internamente que uma pasta contendo parte dos registros físicos solicitados foi extraviada. Considerando os trâmites legais para atendimento da demanda e o regime de acesso à informação aplicável à Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a) O órgão público dispõe do prazo máximo, improrrogável e preclusivo de 20 (vinte) dias para enviar a informação, comunicar data e local para consulta ou indicar as razões de fato ou de direito da recusa.
- b) O serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito, admitindo-se a cobrança exclusivamente do valor necessário ao ressarcimento do custo de reprodução, estando isento o requerente cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família.
- c) Na hipótese de a autarquia comunicar oralmente a João que a informação requerida já se encontra publicamente disponível em meio eletrônico, o órgão estará automaticamente desonerado da obrigação de seu fornecimento direto, independentemente de qualquer manifestação do cidadão.
- d) Diante do extravio da pasta com os documentos físicos, o requerente não possui instrumento administrativo imediato para exigir apuração dos

fatos, devendo o órgão atuar de ofício no prazo de um ano.

- e) Caso o acesso seja denegado sob a justificativa de que os autos são sigilosos, João poderá interpor recurso em face da decisão no prazo estrito de 15 (quinze) dias, a contar de sua ciência, dirigido à mesma autoridade que exarou a decisão.

13. A Secretaria da Fazenda (SEFAZ), pessoa jurídica de direito público, firmou contrato com uma empresa privada de tecnologia visando à execução descentralizada de serviços de modernização de sua plataforma corporativa. Para o fiel cumprimento do contrato, a SEFAZ precisará transferir dados pessoais de contribuintes à referida empresa privada. Considerando a situação hipotética descrita e as regras sobre o tratamento de dados pessoais pelo Poder Público e as sanções administrativas dispostas na Lei nº 13.709/2018 (LGPD), assinale a alternativa correta:

- a) A transferência dos dados pessoais constantes nas bases da SEFAZ para a empresa privada contratada é terminantemente vedada, não admitindo exceções legais, ainda que o objetivo seja a execução descentralizada de uma atividade pública.
- b) Os dados pessoais contidos no banco de dados da SEFAZ deverão ser armazenados e mantidos estritamente em formatos não estruturados e proprietários, a fim de inviabilizar o uso compartilhado e resguardar a privacidade.
- c) A comunicação ou o uso compartilhado de dados pessoais da SEFAZ para a referida pessoa de direito privado ocorrerá independentemente de informação à autoridade nacional e de consentimento do titular em todas as suas operações.
- d) Na hipótese de a SEFAZ cometer infração às normas de proteção de dados no decorrer dessa operação, a autoridade nacional poderá aplicar-lhe diretamente a sanção de multa simples de até 2% (dois por cento) de seu orçamento.
- e) A aplicação de sanções administrativas à SEFAZ ou aos seus agentes em virtude de infrações às normas

da LGPD não exclui a aplicação das disposições previstas na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

14. Determinada sociedade empresária, atuante no setor de construção civil, é investigada por supostos atos de corrupção em licitações e contratos com a Administração Pública. No decorrer do processo, apura-se a efetiva prática de atos lesivos previstos na Lei nº 12.846/2013, o que enseja a responsabilização da empresa e de seus dirigentes. Verifica-se, ainda, a existência de uma sociedade controladora envolvida no caso. A sociedade infratora, visando mitigar as consequências, cogita a celebração de um acordo de leniência. Com base nas disposições de responsabilização e sanções da referida Lei, assinale a alternativa correta:

- a) A responsabilização da sociedade empresária pelos atos lesivos será objetiva, enquanto a responsabilização de seus dirigentes ou administradores também será objetiva, independentemente da demonstração da culpabilidade de cada um.
- b) A sociedade controladora será solidariamente responsável pela prática dos atos previstos na Lei Anticorrupção, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.
- c) As sanções administrativas que podem ser aplicadas à sociedade empresária responsável incluem, cumulativamente com a multa, a suspensão ou interdição parcial de suas atividades e a dissolução compulsória da pessoa jurídica.
- d) A celebração e o efetivo cumprimento do acordo de leniência pela sociedade colaboradora isentam a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado.
- e) Caso a autoridade competente aplique a sanção de multa à sociedade empresária, o valor será exclusivamente fixado entre R\$ 6.000,00 e R\$ 60.000.000,00, sendo vedada a utilização do faturamento bruto como critério de cálculo.

15. Determinada servidora pública, ocupante de cargo efetivo em município, necessitou se afastar de suas funções durante seis meses por motivo de licença para tratamento de saúde. Ao retornar ao trabalho e solicitar o agendamento de seu período aquisitivo de férias, foi surpreendida com a negativa da Administração Municipal. A decisão administrativa fundamentou-se em legislação local que determina a perda ou restrição do direito às férias para os servidores que permanecerem em licença para tratamento de saúde por período superior a três meses no mesmo exercício. Considerando o entendimento jurisprudencial consolidado sobre os direitos constitucionais dos agentes públicos, assinale a alternativa correta:

- a) A restrição imposta pelo município é válida, tendo em vista que, no exercício de sua autonomia legislativa para disciplinar o regime jurídico dos servidores, o ente federativo detém competência plena para estabelecer condições impeditivas ao gozo de férias.
- b) O afastamento da servidora por motivo de doença pode ser interpretado como substitutivo do direito ao descanso anual, o que legitima a norma municipal impeditiva.
- c) A limitação ao direito de férias é inconstitucional, uma vez que, no exercício de sua autonomia legislativa, o município não pode restringir o período de férias sob o fundamento de que a servidora esteve em licença para tratamento de saúde, sob pena de violação ao direito constitucional ao descanso anual.
- d) O município pode restringir o período de férias, desde que assegure o pagamento de indenização correspondente ao terço constitucional, compensando a ausência do descanso físico.
- e) A restrição ao período de férias decorrente de licença saúde é aplicável exclusivamente aos servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), não alcançando os ocupantes de cargo efetivo submetidos ao regime estatutário.

16. O Estado Alfa, no regular exercício de suas atividades de controle e regulação, deparou-se com diversas situações envolvendo delegações de serviços e utilidades públicas em seu território. Entre os cenários submetidos à análise de sua agência reguladora, destacam-se: a prestação de serviços de táxi por particulares sem a realização de procedimento licitatório prévio; o corte no fornecimento de energia elétrica de determinados usuários; a notificação extrajudicial de uma concessionária de rodovia cobrando uma autarquia estadual de saneamento pelo uso da faixa de domínio; e a identificação de graves irregularidades no serviço de transporte coletivo que ensejam a possibilidade de intervenção na respectiva concessionária. Considerando os entendimentos jurisprudenciais consolidados sobre a prestação, regulação e sanção nos serviços e utilidades públicas, assinale a alternativa correta:

- a) Em relação aos serviços de táxi autorizados pelo Poder Público, a ausência de licitação configura inconstitucionalidade, por se tratar de delegação de serviço público submetido ao art. 175 da Constituição Federal.
- b) É legítimo o corte no fornecimento de energia elétrica dos usuários pela concessionária local quando a inadimplência decorrer, exclusivamente, de débitos pretéritos, desde que seja garantida a prévia notificação.
- c) É devida e legítima a cobrança promovida pela concessionária de rodovia em face da autarquia estadual de saneamento básico pelo uso da faixa de domínio da via pública concedida, constituindo fonte de receita complementar.
- d) Na decretação de intervenção sobre a concessionária de transporte, o direito de defesa do concessionário só é propiciado após a decretação da intervenção, a partir do momento em que for instaurado o procedimento administrativo.
- e) Eventuais processos administrativos sancionadores instaurados pela agência reguladora estadual contra as referidas concessionárias devem tramitar sob sigilo absoluto durante toda a sua tramitação.

17. Durante uma grande manifestação de cunho político que bloqueava uma das principais avenidas da cidade, o Batalhão de Polícia de Choque do Estado Alfa interveio para restabelecer a ordem. No momento de maior tensão e confronto, ocorreu o disparo de projéteis de borracha e bombas de efeito moral. Um repórter fotográfico, cobrindo o evento para um veículo de imprensa, adentrou uma área delimitada pelas forças policiais como zona de exclusão e risco iminente, ignorando reiteradas e ostensivas advertências sonoras e visuais para se retirar do local. Pouco tempo depois, ele foi atingido no olho por um fragmento de um dos artefatos lançados pela polícia, perdendo a visão. Com base no entendimento fixado pelo Supremo Tribunal Federal acerca da responsabilidade civil do Estado em situações de manifestações públicas e ferimento de profissionais de imprensa, assinale a alternativa correta:

- a) A responsabilidade civil do Estado é sempre integral, sem admitir excludentes, devendo indenizar o profissional da imprensa ferido independentemente do local em que ele se encontrava, por se tratar de atividade de risco acentuado inerente à cobertura jornalística.
- b) A responsabilidade civil do Estado é objetiva, mas será excluída no caso concreto, configurando culpa exclusiva da vítima, por ter o profissional de imprensa descumprido ostensiva e clara advertência sobre o acesso à área delimitada, onde havia grave risco.
- c) A responsabilidade do Estado nesse cenário é subjetiva, recaindo sobre o ente federativo o ônus de provar a ausência de dolo e culpa dos agentes policiais que lançaram os artefatos.
- d) Por se tratar de tumulto provocado pelos manifestantes, o evento é classificado como fortuito externo, o que exime o Estado de qualquer dever de indenização, recaindo a responsabilidade integral sobre os organizadores do protesto.
- e) O repórter fará jus à indenização por danos materiais e morais, mas o valor deverá ser mitigado em razão da concorrência de culpas entre o profissional de imprensa e a atuação imprudente das forças de segurança.

18. João, cidadão atuante na fiscalização dos serviços estaduais, e Maria, servidora pública estadual, vivenciaram situações que exigiram formalizações perante a Administração. João deseja registrar uma reclamação por conduta que julgou incompatível por parte de um agente no atendimento ao público. Maria, por sua vez, teve um benefício funcional negado por sua chefia imediata e pretende contestar a decisão. Considerando a situação hipotética e os preceitos da Lei nº 10.261/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de São Paulo) aplicáveis ao direito de petição, assinale a alternativa correta:

- a) O direito de petição contra ilegalidade ou abuso de poder e para defesa de direitos é assegurado a qualquer pessoa, física ou jurídica, independentemente de pagamento.
- b) A Administração poderá recusar-se a protocolar a petição formulada por João caso verifique, de plano, a ausência de provas materiais da conduta incompatível alegada.
- c) Aos servidores públicos, como Maria, é assegurado o direito de requerer, representar, pedir reconsideração e recorrer de decisões, direitos estes que devem ser exercidos no prazo estrito de 15 dias.
- d) O exercício do direito de petição por parte de João, por envolver reclamação sobre conduta no serviço público, sujeita-se ao recolhimento prévio de taxas administrativas destinadas ao custeio do protocolo.
- e) Caso Maria opte por apresentar um pedido de reconsideração, tal instrumento objetivará que uma autoridade hierarquicamente superior reaprecie a decisão proferida por seu subordinado.

DIREITO CONSTITUCIONAL*Nelma Fontana*

19. O Governador de determinado Estado encaminhou à Assembleia Legislativa projeto de lei orçamentária anual contendo, além da previsão de receitas e da fixação de despesas, autorizações para:

- I. Abertura de créditos suplementares, respeitado o limite estabelecido na própria lei.
- II. Abertura de créditos especiais destinados a despesas sem dotação orçamentária específica.
- III. Contratação de operações de crédito por antecipação de receita, observados os requisitos legais.

Considerando o princípio da exclusividade orçamentária, podem integrar a lei orçamentária anual as autorizações indicadas em:

- a) I, II e III, pois todas as autorizações se relacionam à execução financeira do exercício.
- b) I e II, apenas, porque a autorização para créditos adicionais integra o conteúdo próprio da lei orçamentária, independentemente da espécie do crédito.
- c) I e III, apenas, pois a Constituição admite a inclusão dessas duas autorizações como exceções ao princípio da exclusividade.
- d) II e III, apenas, porque a abertura de créditos suplementares depende de autorização em lei autônoma, aprovada após o orçamento.
- e) I, apenas, já que a contratação de operações de crédito por antecipação de receita exige autorização em lei distinta.

20. Helena, Governadora do Estado Alfa, apresentou suas contas anuais de governo. Rafael, presidente de uma autarquia estadual, prestou contas de sua gestão. Lívia, dirigente de uma associação privada, apresentou contas dos recursos estaduais que administrou em decorrência de convênio celebrado com o Estado.

Nessas situações, conforme a CF/1988, compete ao Tribunal de Contas do Estado Alfa

- a) apreciar as contas de Helena mediante parecer prévio e julgar as contas de Rafael e de Lívia, nas situações apresentadas.
- b) julgar as contas de Helena e de Rafael e emitir parecer prévio sobre as contas de Lívia.
- c) julgar as contas dos três responsáveis, cabendo à Assembleia Legislativa, como titular do controle externo, apreciar os recursos contra suas decisões.
- d) emitir parecer prévio sobre as três prestações de contas, cabendo à Assembleia Legislativa julgá-las definitivamente.
- e) julgar apenas as contas de Rafael, pois a aplicação de recursos por entidade privada afasta a competência do controle externo estadual.

21. Acerca do controle de constitucionalidade no ordenamento brasileiro, é correto afirmar que

- a) a ação declaratória de constitucionalidade perante o STF pode ter por objeto lei ou ato normativo federal ou estadual, exige controvérsia judicial relevante e produz, no julgamento definitivo de mérito, eficácia contra todos e efeito vinculante para os demais órgãos do Poder Judiciário e para a Administração Pública direta e indireta.
- b) a ação direta de inconstitucionalidade perante o STF admite leis municipais como objeto quando a ofensa à CF/1988 for direta, sendo dispensável demonstrar controvérsia judicial relevante e vedada a desistência após o ajuizamento.
- c) a cláusula de reserva de plenário impede que juízes de primeiro grau reconheçam incidentalmente a inconstitucionalidade de leis, pois essa competência depende de deliberação da maioria absoluta dos membros do tribunal ou de seu órgão especial.
- d) a declaração de inconstitucionalidade em ação direta exige a presença de, no mínimo, oito ministros, sendo suficiente o voto da maioria dos presentes, e a modulação de efeitos depende da aprovação de dois terços dos membros do STF.
- e) a arguição de descumprimento de preceito fundamental admite o questionamento de lei municipal anterior à CF/1988, desde que haja lesão a preceito fundamental e inexistência de outro meio eficaz de saná-la, podendo ser proposta pelos mesmos legitimados à ação direta de inconstitucionalidade.

22. Ana requereu à administração fazendária estadual acesso aos registros informatizados dos pagamentos de tributos que ela própria realizou, mas recebeu negativa expressa. Bruno teve ilegalmente recusada a expedição de certidão de tempo de serviço necessária à defesa de direito pessoal, estando a recusa comprovada documentalmente. Carla, eleitora no pleno exercício dos direitos políticos, pretende anular contrato administrativo lesivo ao patrimônio público.

Os instrumentos adequados às pretensões de Ana, Bruno e Carla são, respectivamente

- a) habeas data, habeas data e ação popular.
- b) habeas data, mandado de segurança e ação popular.
- c) mandado de segurança, mandado de segurança e ação civil pública.
- d) mandado de injunção, habeas data e ação popular.
- e) mandado de segurança, mandado de injunção e habeas data.

23. Considerando a disciplina constitucional do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), introduzida pela EC nº 132/2023, é correto afirmar que

- a) a competência tributária pertence exclusivamente aos Estados e ao Distrito Federal, cabendo aos Municípios participar da arrecadação e da administração do imposto por meio de representantes no Comitê Gestor.
- b) a instituição depende de lei complementar nacional, mas cada Estado e Município poderá definir seus próprios fatos geradores e bases de cálculo, respeitados os limites gerais estabelecidos pela Constituição.
- c) a legislação será única e uniforme em todo o território nacional, cabendo ao Senado Federal fixar, por resolução, as alíquotas obrigatórias para todos os entes federativos, vedada a adoção de alíquotas próprias pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.
- d) a competência será compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios, com legislação única e uniforme em todo o território nacional, cabendo a cada ente fixar sua alíquota própria por lei específica.
- e) a arrecadação e a distribuição do produto arrecadado serão realizadas de forma integrada pelo Comitê Gestor, enquanto o julgamento do contencioso administrativo ficará reservado aos órgãos próprios de cada ente.

24. Beatriz, Carlos e Daniel ocupam cargos efetivos na administração direta estadual. Beatriz assumiu mandato de prefeita; Carlos, de vereador; e Daniel, de deputado estadual. Há compatibilidade entre os horários das atividades de Carlos no cargo efetivo e na Câmara Municipal.

De acordo com a CF/1988, deverão afastar-se de seus cargos efetivos

- a) os três servidores, sendo facultado a todos optar pela remuneração do cargo efetivo ou do mandato.
- b) Beatriz e Daniel, apenas, sendo assegurada a Beatriz a opção pela remuneração do cargo efetivo.
- c) Carlos e Daniel, apenas, com percepção obrigatória da remuneração do mandato e perda das vantagens do cargo efetivo.
- d) Daniel, apenas, pois os mandatos municipais permitem a continuidade no cargo efetivo, independentemente de compatibilidade de horários.
- e) Beatriz, apenas, porque o afastamento depende do exercício de mandato no Poder Executivo.

25. No exercício do poder constituinte derivado reformador, a CF/1988

- a) impede que a matéria de proposta de emenda rejeitada ou considerada prejudicada seja reapresentada na mesma sessão legislativa e atribui a promulgação das emendas às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, sem sanção presidencial.
- b) autoriza a iniciativa por mais da metade das Assembleias Legislativas, exigindo que cada uma se manifeste por maioria absoluta, e determina a aprovação da proposta, em dois turnos em cada Casa do Congresso, por três quintos dos respectivos membros.
- c) exige a aprovação da proposta em dois turnos em cada Casa do Congresso, por três quintos dos parlamentares presentes, e permite sua apresentação por, no mínimo, um terço dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

d) veda emendas durante intervenção federal, estado de defesa, estado de sítio ou calamidade pública, tratando essas hipóteses como limitações circunstanciais que impedem a alteração do texto constitucional enquanto perdurarem.

e) impede qualquer alteração da redação dos dispositivos relativos à forma federativa de Estado, à separação dos Poderes e aos direitos e garantias individuais, ainda que a proposta preserve seu conteúdo essencial e seja aprovada pelo procedimento previsto para as emendas.

26. Durante a apreciação do projeto de lei orçamentária anual da União, três parlamentares apresentaram emendas compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias. Laura propôs ampliar investimentos mediante anulação de dotações para pessoal e encargos. Marcos destinou recursos à compra de equipamentos mediante anulação de despesa discricionária com publicidade institucional. Nina propôs apenas corrigir erro material em dispositivo do texto do projeto, sem alterar receitas ou despesas.

Considerando os aspectos descritos e atendidos os demais requisitos constitucionais, podem ser aprovadas as emendas de

- a) Laura e Marcos, apenas, pois a indicação de recursos por anulação de despesa é suficiente para validar ambas.
- b) Laura e Nina, apenas, porque a despesa com pessoal admite cancelamento e a correção de erro material dispensa compensação.
- c) Marcos e Nina, apenas, pois a proposta de Laura indica dotação cuja anulação é vedada para essa finalidade.
- d) Marcos, apenas, porque toda emenda ao projeto orçamentário exige indicação de recursos provenientes de anulação de despesas.
- e) as três, pois a compatibilidade com o PPA e a LDO permite a aprovação das alterações propostas.

27. A respeito da atuação do Estado na ordem econômica, a CF/1988 estabelece que

- a) a exploração direta de atividade econômica pelo Estado depende, cumulativamente, de imperativos de segurança nacional e de relevante interesse coletivo definidos em lei, ressalvadas as exceções constitucionais.
- b) as empresas públicas, as sociedades de economia mista e suas subsidiárias que explorem atividade econômica submetem-se ao regime das empresas privadas quanto às obrigações civis e comerciais, mas conservam regime de direito público quanto às obrigações trabalhistas e tributárias.
- c) a atuação estatal como agente normativo e regulador abrange fiscalização e incentivo, enquanto o planejamento possui caráter determinante tanto para o setor público quanto para o setor privado, nos termos das diretrizes fixadas em lei.
- d) a prestação de serviços públicos incumbe ao Poder Público, diretamente ou por concessão ou permissão, exigindo-se licitação para a concessão, mas admitindo-se que a permissão seja outorgada independentemente de procedimento licitatório.
- e) o Estado exerce funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este vinculante para o setor público e orientador para o setor privado, e a lei deve reprimir o abuso do poder econômico destinado a eliminar a concorrência.

28. Na ausência de normas gerais federais sobre determinado aspecto da proteção e integração social das pessoas com deficiência, o Estado Alfa editou lei para atender às suas peculiaridades. Posteriormente, a União estabeleceu normas gerais válidas sobre o mesmo assunto, incompatíveis com parte da disciplina estadual.

Nessas circunstâncias, conforme a CF/1988

- a) a lei estadual é inconstitucional desde a origem, pois somente a União pode editar normas gerais sobre a matéria, mesmo diante de sua omissão.
- b) a lei federal revogou integralmente a lei estadual, ainda que alguns dispositivos desta sejam compatíveis com as normas gerais supervenientes.
- c) a lei estadual permanece integralmente eficaz, pois a competência legislativa plena impede a posterior edição de normas gerais pela União.
- d) a lei estadual foi validamente editada e teve sua eficácia suspensa apenas nos pontos incompatíveis com as normas gerais federais.
- e) a lei estadual foi revogada apenas nos dispositivos incompatíveis, preservando-se a vigência dos demais.

ECONOMIA*Celso Natale*

29. Considere as seguintes afirmações a respeito das falhas de mercado:

- I. Bens públicos puros são não rivais e não excludentes; a não exclusão dá origem ao comportamento do carona, que leva o mercado a ofertá-los em quantidade inferior à eficiente, e a não rivalidade implica custo marginal nulo de atender um consumidor adicional.
- II. Na presença de externalidade negativa na produção, o custo marginal social supera o custo marginal privado e o equilíbrio de mercado apresenta quantidade superior à socialmente ótima; um imposto pigouviano igual ao custo marginal externo, avaliado no nível eficiente de produção, corrige a distorção.
- III. Pelo teorema de Coase, se os direitos de propriedade estiverem bem definidos e os custos de transação forem nulos, as partes negociam até a alocação eficiente, independentemente de a quem o direito tenha sido inicialmente atribuído.
- IV. Bens meritórios, como saúde e educação, são bens públicos puros, pois não é possível excluir indivíduos de seu consumo, razão pela qual só podem ser ofertados pelo Estado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II e III.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) II, III e IV.
- e) I e II.

30. Em um mercado competitivo, a demanda e a oferta de um bem são dadas por $QD = 200 - 2P$ e $QS = 2P$, em que P é o preço em reais e Q a quantidade. O governo institui um imposto específico de R\$ 10,00 por unidade, recolhido pelos vendedores. Nessa situação, a parcela do imposto suportada pelos consumidores, por unidade, a arrecadação do governo e o peso morto (excesso de gravame) do tributo são, respectivamente,

- a) R\$ 10,00; R\$ 900,00 e R\$ 50,00.
- b) R\$ 5,00; R\$ 1.000,00 e R\$ 100,00.
- c) R\$ 10,00; R\$ 1.000,00 e R\$ 50,00.
- d) R\$ 5,00; R\$ 900,00 e R\$ 50,00.
- e) R\$ 5,00; R\$ 900,00 e R\$ 100,00.

31. Considere o seguinte modelo keynesiano de determinação da renda para uma economia fechada com governo:

$$C = 100 + 0,8Y_d$$

$$T = 0,25Y$$

$$I = 200$$

$$G = 300$$

em que C é o consumo das famílias, Y_d a renda disponível ($Y - T$), T a arrecadação tributária, I o investimento, G os gastos do governo e Y a renda agregada. A renda de equilíbrio e o aumento da renda provocado por uma elevação de 40 nos gastos do governo são, respectivamente,

- a) 3.000 e 200.
- b) 1.500 e 100.
- c) 1.500 e 200.
- d) 1.000 e 100.
- e) 3.000 e 100.

32. Sobre os efeitos de inflação, juros, câmbio e crescimento econômico sobre a arrecadação, a despesa e a dívida pública, é correto afirmar:

- a) Uma elevação da taxa Selic, mantido o resultado primário, reduz o déficit nominal do setor público, pois aumenta o rendimento das disponibilidades financeiras do Tesouro Nacional.
- b) Uma depreciação cambial eleva o estoque da dívida líquida do setor público brasileiro, uma vez que o setor público é devedor líquido em moeda estrangeira.
- c) Receitas cuja elasticidade em relação ao PIB é superior à unidade crescem proporcionalmente mais do que a atividade econômica nas expansões e caem proporcionalmente mais nas recessões, o que reforça o papel do orçamento como estabilizador automático.
- d) A inflação eleva a arrecadação em termos reais, pois os tributos sobre o consumo incidem sobre preços mais altos, ao passo que as despesas públicas, fixadas em termos nominais no orçamento, não são afetadas.
- e) O crescimento real do PIB só reduz a razão dívida/PIB quando acompanhado de superávit nominal, pois o aumento do denominador é sempre compensado pelo aumento do numerador.

LÍNGUA PORTUGUESA

Fabrizio Dutra

A Fuga da autoridade

Eu estava falando em uma conferência em Nova Iorque durante o verão de 2016 quando descobri o termo “adulterar”. Tomava um drinque em um bar quando vi um jovem na casa dos 30 usando uma camiseta que dizia “Chega de *adulterar* por hoje”. Depois, entrevistei uma mulher cuja camiseta transmitia uma mensagem simples: “*Adulterar* é cruel!”.

Caso você não esteja familiarizado com a palavra, adaptada do inglês “adulterating”, *adulterar* é definido como “a prática de se comportar do modo característico de um adulto responsável, especialmente na realização de tarefas mundanas, mas necessárias”. A palavra é usada para transmitir uma conotação negativa em relação às responsabilidades associadas à vida adulta. E sugere que, dada a oportunidade, qualquer mulher ou homem sensato na casa dos 30 preferiria não *adulterar*, e evitar o papel de um adulto.

A tendência de retratar a vida adulta como uma conquista excepcionalmente difícil que precisa ser ensinada coexiste com uma sensação palpável de desencanto com o status de adulto. Em tudo além do nome a vida adulta se tornou desestabilizada, a ponto de ter se tornado alvo de escárnio e, para muitos, uma identidade indesejada. Não surpreende que *adulterar* seja uma atividade que muitos indivíduos biologicamente maduros só estejam preparados para desempenhar em tempo parcial.

O corolário da idealização do *adulteramento* em regime parcial é o desmantelamento da autoridade adulta. O impacto corrosivo da perda da autoridade adulta no desenvolvimento dos jovens foi uma grande preocupação para a filósofa política Hannah Arendt. Escrevendo nos anos 1950, Arendt chamou atenção para o “colapso gradual da única forma de autoridade” que existiu em “todas as sociedades conhecidas historicamente: a autoridade dos pais sobre filhos, dos professores sobre os alunos e, em geral, dos mais velhos sobre os mais novos”. Setenta anos depois, a desautorização da vida adulta se tornou amplamente celebrada na cultura popular ocidental. Em vez de se preocupar com as consequências da erosão da autoridade adulta, esse desenvolvimento é visto como positivo por partes da mídia, que acreditam que pessoas crescidas têm muito pouco a ensinar às crianças.

(Frank Furedi, revista oeste.com. 24.07.2020. Adaptado)

33. Depreende-se do texto que o emprego do termo “adulterar” evidencia

- a) a valorização das responsabilidades cotidianas como meio de alcançar uma identidade social desejável.
- b) o reconhecimento de que a autoridade adulta depende da superação de tarefas excepcionalmente complexas.
- c) uma resistência às responsabilidades da vida adulta, associada ao enfraquecimento da autoridade dos mais velhos.
- d) a disposição dos adultos para assumir integralmente suas funções, apesar do desencanto com a cultura popular.
- e) uma crítica à falta de preparo dos jovens, aos quais se atribui a perda da autoridade de pais e professores.

34. No desenvolvimento da argumentação, a referência a Hannah Arendt tem a função de

- a) comprovar que a filósofa já identificava no uso da palavra “adulterar” a principal causa do colapso da autoridade.
- b) contrapor uma preocupação anterior com a perda da autoridade adulta à celebração contemporânea desse processo.
- c) demonstrar que a autoridade dos mais velhos se manteve inalterada nas sociedades historicamente conhecidas.
- d) atribuir à filósofa a ideia de que as pessoas crescidas pouco têm a ensinar às crianças.
- e) relativizar a crítica do autor, mediante a apresentação de uma avaliação favorável à recusa das responsabilidades adultas.

35. No trecho “O corolário da idealização do adultamento em regime parcial é o desmantelamento da autoridade adulta”, a relação de sentido estabelecida permite reescrever a passagem, preservando-se o sentido e a correção, da seguinte forma:

- a) A idealização do adultamento em regime parcial decorre do desmantelamento da autoridade adulta.
- b) A idealização do adultamento em regime parcial constitui uma ressalva ao desmantelamento da autoridade adulta.
- c) O desmantelamento da autoridade adulta é uma condição para que se idealize o adultamento em regime parcial.
- d) O desmantelamento da autoridade adulta é uma consequência da idealização do adultamento em regime parcial.
- e) A idealização do adultamento em regime parcial ocorre apesar do desmantelamento da autoridade adulta.

36. No segmento “uma conquista excepcionalmente difícil que precisa **ser ensinada**”, identifica-se uma construção na voz passiva analítica. Essa voz verbal também ocorre em:

- a) Depois de tantas responsabilidades, o jovem parecia cansado da rotina adulta.
- b) Diante das críticas dos mais velhos, o rapaz permanecia calado durante a reunião.
- c) As responsabilidades da vida adulta devem ser assumidas pelos mais jovens.
- d) Muitos adultos se queixam das exigências impostas pela vida cotidiana.
- e) A cultura contemporânea tem apresentado a maturidade como uma condição indesejável.

37. No período “A palavra é usada **para** transmitir uma conotação negativa em relação às responsabilidades associadas à vida adulta”, a oração introduzida pela preposição destacada expressa ideia de

- a) causa.
- b) consequência.
- c) condição.
- d) finalidade.
- e) concessão.

38. As normas de concordância verbal e nominal estão plenamente observadas na frase:

- a) A recusa das responsabilidades e a desvalorização da maturidade contribui para o enfraquecimento da autoridade adulta.
- b) Devem haver, entre os mais jovens, diferentes percepções acerca das responsabilidades próprias da vida adulta.
- c) A valorização das experiências dos mais velhos pode tornar menos conflituosas as relações entre as gerações.
- d) São necessárias, para o exercício da autoridade, que os adultos assumam suas responsabilidades cotidianas.
- e) O desenvolvimento dos jovens e a transmissão de valores depende do diálogo entre as diferentes gerações.

39. O emprego do pronome relativo e a regência verbal estão em conformidade com a norma-padrão em:

- a) As responsabilidades de que muitos adultos procuram esquivar-se integram a vida em sociedade.
- b) A autoridade de que o autor se refere tem sido desvalorizada pela cultura contemporânea.
- c) Os valores dos quais os jovens devem refletir nem sempre são transmitidos pelos mais velhos.
- d) As experiências a que os adultos dispõem podem contribuir para a formação das novas gerações.
- e) Os princípios cujos os professores recorrem devem orientar sua relação com os alunos.

40. A colocação do pronome oblíquo está em conformidade com a norma-padrão em:

- a) Embora reconheça-se a importância da maturidade, muitos adultos resistem às responsabilidades que ela impõe.
- b) Os adultos não devem eximir-se das responsabilidades que lhes cabem na formação dos jovens.

c) A cultura contemporânea frequentemente apresenta-se como defensora da recusa das obrigações adultas.

d) Os jovens que mostram-se dispostos a ouvir os mais velhos podem ampliar sua compreensão do mundo.

e) Jamais deveria-se confundir o exercício da autoridade com a imposição arbitrária de vontades.

41. A correlação entre os tempos e os modos verbais está plenamente adequada na frase:

a) Se os adultos reconhecessem a importância de sua experiência, poderão contribuir mais efetivamente para a formação dos jovens.

b) Caso os mais velhos assumam suas responsabilidades, teriam oferecido referências mais consistentes às novas gerações.

c) Se a sociedade valorizasse o diálogo entre as gerações, os jovens dispusessem de melhores referências para enfrentar a vida adulta.

d) Se os adultos compreendessem o alcance de sua influência, exerceriam a autoridade com maior responsabilidade.

e) Quando os jovens reconhecerem o valor da experiência, poderiam distinguir com mais clareza autoridade de autoritarismo.

42. A frase em que o emprego da vírgula está **INCORRETO** é:

a) Ao tratar a maturidade como um fardo, a cultura contemporânea contribui para a desvalorização da experiência.

b) Os adultos que se recusam a assumir suas responsabilidades, enfraquecem as referências oferecidas aos jovens.

c) A autoridade adulta, quando exercida com responsabilidade, favorece o diálogo entre as gerações.

d) Muitos adultos desejam preservar a liberdade da juventude, mas precisam assumir os deveres próprios da maturidade.

e) A transmissão de experiências exige, além de disposição para ensinar, abertura para ouvir os mais jovens.

MATEMÁTICA FINANCEIRA*Eduardo Mocellin*

43. Um órgão estadual contratou um financiamento que será quitado em 60 prestações mensais e consecutivas, pelo Sistema de Amortização Constante (SAC), à taxa de juros compostos de 2% ao mês, vencendo a primeira prestação um mês após a data da contratação. Sabe-se que o valor da primeira prestação é igual a R\$ 11.000,00.

O valor da 25ª prestação é igual a

- a) R\$ 7.400,00
- b) R\$ 8.500,00
- c) R\$ 8.600,00
- d) R\$ 8.700,00
- e) R\$ 18.920,00

44. Um capital foi aplicado, durante 9 meses, a uma taxa nominal de 24% ao ano, com capitalização trimestral, rendendo juros de R\$ 4.775,40. Ao final desse prazo, todo o montante foi reaplicado, durante 2 meses, a uma taxa de juros compostos de 2% ao mês.

O total de juros obtido nas duas aplicações, ao longo dos 11 meses, foi igual a

- a) R\$ 4.775,40
- b) R\$ 5.370,91
- c) R\$ 5.966,42
- d) R\$ 5.978,33
- e) R\$ 30.978,33

45. Um título foi descontado 5 meses antes de seu vencimento, segundo uma operação de desconto racional simples, a uma taxa de 5% ao mês, gerando um desconto de R\$ 3.600,00. Considere a taxa mensal de desconto que, numa operação de desconto comercial simples com o mesmo prazo, resultaria no mesmo valor atual.

Essa taxa mensal de desconto comercial simples e o valor nominal do título são, respectivamente,

- a) 4,00% e R\$ 18.000,00
- b) 4,00% e R\$ 14.400,00
- c) 5,00% e R\$ 18.000,00
- d) 6,25% e R\$ 14.400,00
- e) 6,25% e R\$ 18.000,00

ESTATÍSTICA*Carlos Henrique*

46. Uma unidade da Administração Pública registrou o número de dias necessários para concluir seis processos administrativos de mesma natureza, obtendo os seguintes resultados:

2, 2, 2, 6, 6, 6, 10 e 10 dias.

Para analisar a dispersão dos tempos, um servidor calculou a média aritmética, a variância populacional e o coeficiente de variação, definido como a razão entre o desvio padrão populacional e a média aritmética, multiplicada por 100.

Os valores obtidos para a média, a variância populacional e o coeficiente de variação são, respectivamente,

Dado: $\sqrt{39} \approx 6,25$

- a) 5,5 dias; 9,75 dias²; aproximadamente 56,8%.
- b) 5,5 dias; 10,75 dias²; aproximadamente 59,6%.
- c) 5 dias; 10 dias²; aproximadamente 63,2%.
- d) 5,5 dias; 9,75 dias²; aproximadamente 54,5%.
- e) 5,5 dias; 8 dias²; aproximadamente 51,4%.

47. Em determinado órgão público, 25% dos relatórios submetidos a um sistema automatizado apresentam inconsistências. O sistema identifica corretamente 80% dos relatórios inconsistentes.

Cinco relatórios são selecionados independentemente, sob as mesmas condições probabilísticas. A probabilidade de um relatório apresentar inconsistência e ser corretamente sinalizado é igual a 20%.

A probabilidade de que, entre os cinco relatórios selecionados, exatamente dois apresentem inconsistências e sejam corretamente sinalizados é igual a

- a) 10,24%.
- b) 16,00%.
- c) 20,48%.
- d) 25,60%
- e) 40,96%

48. Uma secretaria estadual pretende estimar o tempo de processamento de solicitações administrativas em função da quantidade de documentos analisados. Em uma amostra de quatro unidades, foram obtidos os seguintes dados:

Unidade	Quantidade de documentos (x)	Tempo de processamento (y , em minutos)
1	1	3
2	2	5
3	3	5
4	4	7

Foi ajustado um modelo de regressão linear simples, com intercepto, pelo método dos mínimos quadrados:

$$\hat{y} = a + bx$$

O coeficiente angular é calculado por:

$$b = \frac{\sum(x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sum(x_i - \bar{x})^2}$$

O coeficiente de determinação é dado por $R^2 = r^2$, em que r é o coeficiente de correlação linear de Pearson.

Os valores do coeficiente angular b , do intercepto a e do coeficiente de determinação R^2 são, respectivamente,

- a) 1,2; 2; 80%
- b) 1,2; 2; 90%
- c) 1; 2,5; 80%
- d) 1,2; 1,5; 90%
- e) 1; 2; 75%

**ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E
ORÇAMENTÁRIA***Luciana Marinho*

Acerca do assunto Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, julgue o item que se segue.

49. Em audiência pública promovida pela Secretaria de Planejamento de determinado Estado, discutiu-se o papel de cada uma das leis que compõem o sistema orçamentário previsto no art. 165 da Constituição Federal, aplicável aos Estados em razão do princípio da simetria. Foram feitas as seguintes afirmações:

- I. O plano plurianual estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- II. A lei de diretrizes orçamentárias compreende as metas e prioridades da administração pública, estabelece as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orienta a elaboração da lei orçamentária anual e dispõe sobre as alterações na legislação tributária.
- III. A lei orçamentária anual compreende o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimento das empresas em que o ente detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, não podendo conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, ressalvada, entre outras, a autorização para abertura de créditos suplementares.
- IV. Os planos e programas setoriais e regionais previstos na Constituição são elaborados em consonância com a lei de diretrizes orçamentárias, que ocupa o topo da hierarquia do sistema orçamentário.

À luz da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.

- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

Acerca do assunto Créditos adicionais, julgue o item que se segue.

50. Ao longo do exercício financeiro, a Secretaria da Fazenda de determinado Estado verificou que a dotação de um programa em execução se tornou insuficiente e que seria necessário iniciar uma ação nova, para a qual a lei orçamentária anual não consignou nenhuma dotação específica. Para custear essas despesas, a Secretaria identificou os seguintes recursos: superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior; excesso de arrecadação do ICMS, considerada a tendência do exercício; e anulação parcial de dotações de outro programa. A LOA contém autorização ao Poder Executivo para abrir créditos suplementares até determinado limite.

À luz da Lei nº 4.320/1964 e da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) A ação nova, por não ter dotação específica, deve ser atendida por crédito suplementar, bastando a autorização genérica da LOA, o que dispensa lei específica.
- b) O excesso de arrecadação corresponde ao saldo positivo entre a arrecadação realizada e a prevista no último mês do período, desconsiderada a tendência do exercício.
- c) Os três recursos são admitidos como fonte para créditos suplementares e especiais, desde que não comprometidos; a dotação insuficiente é reforçada por crédito suplementar e a ação nova, sem dotação específica, demanda crédito especial, ambos condicionados a prévia autorização legislativa e a exposição justificativa.
- d) A anulação de dotações orçamentárias dispensa autorização legislativa, por se tratar de remanejamento interno de recursos, matéria de competência do Poder Executivo.
- e) O superávit financeiro que pode lastrear créditos adicionais é o apurado no exercício em curso, com base no balanço do último trimestre.

Acerca do assunto Estágios da despesa pública: empenho, liquidação e pagamento, julgue o item que se segue.

51. A Secretaria de Administração de determinado Estado celebrou contrato de prestação de serviços de limpeza, com vigência de doze meses e pagamentos mensais de valor fixo. Contratou também o fornecimento de energia elétrica para as repartições, cujo valor mensal não pode ser previamente determinado, pois depende do consumo, e adquiriu, em compra imediata, material de expediente, a ser entregue em remessa única.

À luz da Lei nº 4.320/1964, assinale a alternativa que indica, respectivamente, as modalidades de empenho dessas três despesas e a regra aplicável ao pagamento.

- a) Por estimativa, global e ordinário; a liquidação é dispensável nas despesas contratuais, bastando o empenho.
- b) Global, por estimativa e ordinário; o pagamento somente pode ser efetuado após a regular liquidação, que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor com base nos títulos e documentos comprobatórios do crédito.
- c) Ordinário, global e por estimativa; a liquidação consiste na emissão da nota de empenho.
- d) Global, ordinário e por estimativa; a liquidação ocorre após o pagamento, para fins de regularização contábil.
- e) Por estimativa, ordinário e global; a ordem de pagamento deve preceder a liquidação.

Acerca do assunto Restos a Pagar, julgue o item que se segue.

52. Em 31 de dezembro, o Estado Z apresentava as seguintes despesas empenhadas no exercício, mas ainda não pagas: (I) serviços de consultoria integralmente prestados, atestados e liquidados, que aguardavam apenas o pagamento; (II) obra rodoviária em andamento, cujo empenho não havia sido liquidado, pois a etapa correspondente ainda não fora concluída; e (III) fornecimento de medicamentos contratado e empenhado, cuja entrega só ocorreria no exercício seguinte.

Em relação a essas despesas, à luz da Lei nº 4.320/1964, assinale a alternativa correta.

- a) As três despesas pertencem ao exercício em que foram empenhadas e constituem restos a pagar: a primeira, processada, e as duas últimas, não processadas.
- b) Somente a despesa I constitui resto a pagar, pois apenas a despesa liquidada gera obrigação exigível; as demais devem ser canceladas em 31 de dezembro.
- c) As despesas II e III são restos a pagar processados, pois dependem de ato posterior do credor, e a I é resto a pagar não processado, por já estar liquidada.
- d) As três despesas pertencem ao exercício seguinte, em razão do regime de competência, que a Lei nº 4.320/1964 adota para a despesa pública.
- e) Os restos a pagar inscritos serão pagos à conta das dotações orçamentárias do exercício seguinte, razão pela qual reduzem os créditos disponíveis desse exercício.

Acerca do assunto Classificação da despesa orçamentária por categoria econômica, julgue o item que se segue.

53. Ao classificar, por categoria econômica, as despesas realizadas por determinado Estado, a Secretaria da Fazenda considerou os seguintes pagamentos:

- I. aquisição de veículos para a frota da Secretaria de Segurança Pública;
- II. pagamento de juros e encargos da dívida contratual;
- III. amortização do principal da dívida contratual;
- IV. aquisição de combustível e de material de expediente para as repartições;
- V. aquisição de ações de empresa já constituída, sem que a operação importe aumento de capital;
- VI. transferência de recursos a município, por convênio, destinada à execução de obra de saneamento.

Nos termos da Lei nº 4.320/1964, são classificadas como despesas de capital APENAS as indicadas em:

- a) I, III e V.
- b) II, III e VI.
- c) I, II, IV e VI.
- d) I, III e VI.
- e) I, III, V e VI.

Acerca do assunto Programação financeira e limitação de empenho (LRF), julgue o item que se segue.

54. Ao final do segundo bimestre, o Poder Executivo de determinado Estado constatou que a realização da receita não comportaria o cumprimento da meta de resultado primário fixada no Anexo de Metas Fiscais da lei de diretrizes orçamentárias. Diante disso, os Poderes e o Ministério Público promoveram a limitação de empenho e de movimentação financeira. Posteriormente, a receita prevista foi parcialmente restabelecida.

À luz da Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa correta.

- a) A limitação deve ser imposta pelo Poder Executivo aos demais Poderes e ao Ministério Público, por decreto único, que fixará livremente os valores a serem contingenciados.
- b) Podem ser objeto de limitação as despesas com o serviço da dívida e as obrigações constitucionais e legais do ente, por serem as de maior vulto.
- c) A limitação deve ser promovida por ato próprio de cada Poder e do Ministério Público, nos trinta dias subsequentes ao bimestre, segundo os critérios da LDO; não alcança as obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive o serviço da dívida; e, restabelecida a receita, ainda que parcialmente, a recomposição das dotações se dá de forma proporcional às reduções efetivadas.
- d) Com o restabelecimento parcial da receita, a recomposição das dotações limitadas deve priorizar os investimentos, a critério do Poder Executivo, sem necessidade de proporcionalidade.
- e) A limitação de empenho só é cabível quando a receita não comportar o cumprimento da meta de resultado nominal, sendo irrelevante a meta de resultado primário.

Acerca do assunto Classificação programática da despesa, julgue o item que se segue.

55. Ao revisar a estrutura programática da lei orçamentária anual, a Secretaria de Planejamento de determinado Estado classificou as seguintes ações orçamentárias, segundo os conceitos da Portaria MOG nº 42/1999:

- I. manutenção dos serviços administrativos da Secretaria de Saúde, de caráter contínuo e permanente;
- II. construção de hospital regional, com início e fim definidos, da qual resulta produto que amplia a ação de governo;
- III. pagamento do serviço da dívida pública, que não gera produto nem contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;
- IV. ampliação e modernização do centro de processamento de dados do Estado, com prazo determinado.

As ações I, II, III e IV classificam-se, respectivamente, como:

- a) projeto, atividade, atividade e projeto.
- b) atividade, projeto, operação especial e projeto.
- c) atividade, atividade, operação especial e projeto.
- d) atividade, projeto, projeto e operação especial.
- e) operação especial, projeto, atividade e atividade.

Acerca do assunto Regime de adiantamento e disponibilidades de caixa, julgue o item que se segue.

56. Determinada Secretaria de Estado precisou realizar despesas urgentes e de pequeno vulto, que não puderam subordinar-se ao processo normal de aplicação. Para isso, entregou numerário a servidor, mediante empenho prévio na dotação própria. Em paralelo, a Secretaria da Fazenda discutiu em que instituições devem ser depositadas as disponibilidades de caixa do Estado, de suas autarquias e das empresas por ele controladas.

Acerca do regime de adiantamento (suprimento de fundos) e das disponibilidades de caixa, assinale a alternativa correta.

- a) O regime de adiantamento dispensa o empenho prévio, em razão da urgência, devendo o empenho ser regularizado por ocasião da prestação de contas do servidor.
- b) As disponibilidades de caixa dos Estados e das empresas por eles controladas devem ser depositadas obrigatoriamente no Banco Central do Brasil.
- c) Os Estados podem depositar livremente suas disponibilidades de caixa em instituições financeiras privadas, a critério do Secretário da Fazenda, sem necessidade de previsão legal.
- d) O regime de adiantamento aplica-se a despesas expressamente definidas em lei, é sempre precedido de empenho na dotação própria e não se fará a servidor em alcance nem a responsável por dois adiantamentos; as disponibilidades de caixa do Estado e das entidades por ele controladas serão depositadas em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.
- e) O regime de adiantamento pode ser utilizado livremente para qualquer despesa que o gestor considere urgente, e o numerário pode ser entregue a servidor que já responda por dois adiantamentos.

CONTABILIDADE GERAL*Silvio Sande*

57. A Cia. Taubaté está respondendo a processos em diversas áreas. Em 31/12/20123, apresentava as seguintes informações sobre seus processos, com valores em reais:

Processo	Montante Estimado (R\$)	Probabilidade Perda
Trabalhista I	500.000	Provável
Fiscal I	400.000	Provável
Cível	200.000	Possível

Para o fechamento do Balanço Patrimonial em 31/12/2024, a Cia. reavaliou os processos nos quais estava envolvida e# obteve as seguintes informações, com valores em reais:

Processo	Montante Estimado (R\$)	Probabilidade Perda
Trabalhista I	600.000	Provável
Fiscal I	200.000	Provável
Fiscal II	300.000	Possível
Cível	420.000	Provável
Ambiental	150.000	Remota

O valor evidenciado no balanço patrimonial da empresa enrolada correspondentes às provisões, foi, em reais,

- a) 600.000,00.
- b) 720.000,00.
- c) 800.000,00.
- d) 1.100.000,00.
- e) 1.220.000,00.

58. As características das aplicações financeiras realizadas por uma empresa no dia 01/12/2024 são apresentadas na tabela a seguir:

Valor Aplicado (R\$)	Data de vencimento	Mensuração definida pela empresa	Taxa de juros	Valor Justo em 31/12/2020 (R\$)
2.000.000,00	31/05/2024	Mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2%a.m.	2.300.000,00
4.000.000,00	30/06/2023	Mensuração ao custo amortizado	4%a.m.	4.100.000,00
4.000.000,00	31/10/2022	Mensuração ao valor justo por meio do resultado	3%a.m.	4.200.000,00

O valor que será reconhecido no balanço patrimonial em 31/12/2024 referente às três aplicações, foi em reais,

- a) 10.000.000,00.
- b) 10.400.000,00
- c) 10.660.000,00
- d) 10.760.000,00.
- e) 10.840.000,00.

59. A empresa São Bernardo S.A. adquiriu, em 31/01/2015, um lote de produtos para serem comercializados no valor de R\$ 255.000,00, a prazo. Em função de sua situação financeira, a empresa negociou com seu fornecedor para que pudesse pagar estes produtos em 15/05/2016. Sabe-se que, se a empresa São Bernardo S.A. tivesse adquirido estes produtos à vista, teria pago R\$190.000,00. Em 03/02/2015, a empresa vendeu 60% deste lote de produtos por R\$222.000,00, para serem recebidos integralmente em 15/06/2016. Sabe-se que, se a venda tivesse sido à vista, a empresa São Bernardo S.A. teria recebido R\$188.500,00. Com base nestas informações, é correto afirmar que a empresa São Bernardo S.A. reconheceu, em reais,

- a) Estoques no valor de 255.000,00, na data da aquisição.
- b) Receita de Vendas no valor de 222.000,00, na data da venda.
- c) Receita de Vendas no valor de 188.500,00 e Custo das Mercadorias Vendidas no valor de 114.000,00, na data da venda.
- d) Receita de Vendas no valor de 188.500,00 e Custo das Mercadorias Vendidas no valor de 153.000,00, na data da venda.
- e) Receita de Vendas no valor de 222.000,00 e Custo das Mercadorias Vendidas no valor de 114.000,00, na data da venda.

60. A Cia. BONSUCESSO reconheceu, durante o ano de 2025, vendas brutas no valor total de R\$ 5.000.000,00. As seguintes informações adicionais são conhecidas sobre fatos ocorridos no mesmo ano:

- Devoluções de vendas.....R\$ 850.000,00
- Abatimentos sobre vendas.....R\$ 320.000,00
- Comissões sobre as vendas realizadas.....R\$ 500.000,00
- Frete para entrega das vendas realizadas.....R\$ 50.000,00
- Impostos sobre vendas.....R\$ 1000.000,00
- Estimativa para perdas com créditos de liquidação duvidosaR\$ 180.000,00
- Recuperação de créditos com clientes.....R\$ 30.000,00

Sabendo que o custo das mercadorias vendidas foi R\$ 1.800.000,00, a Receita Líquida de vendas e o Lucro Bruto (Resultado com Mercadorias) apurados pela Cia. BONSUCESSO, no ano de 2025, foram, respectivamente, em reais,

- a) 2.720.000,00 e 960.000,00.
- b) 2.830.000,00 e 1.030.000,00.
- c) 2.720.000,00 e 1.320.000,00.
- d) 2.830.000,00 e 1.260.000,00.
- e) 2.830.000,00 e 1.110.000,00.

CONTABILIDADE PÚBLICA

Gilmar Possati

61. Considere a classificação por fonte ou destinação de recursos padronizada pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 20/2021 e, para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, pela Portaria STN nº 710/2021. De acordo com essas normas, tem-se que

- a) a codificação da fonte ou destinação de recursos é composta de 4 dígitos, em que o primeiro identifica a categoria econômica da receita que deu origem ao recurso.
- b) o intervalo de 000 a 499 é reservado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com tabela definida pela STN, e o de 500 a 999, à União, com tabela definida pela SOF.
- c) a fonte ou destinação de recursos é o agrupamento de receitas que possuem as mesmas normas de aplicação na despesa, com codificação de 3 dígitos,

e o intervalo de 500 a 999 é reservado aos entes subnacionais.

- d) os Estados, o Distrito Federal e os Municípios podem incluir novos códigos no Anexo I da Portaria STN nº 710/2021 por ato próprio, dispensada a manifestação da Secretaria do Tesouro Nacional.
- e) no envio das informações pela Matriz de Saldos Contábeis, o primeiro dígito do código identifica o exercício do recurso, sendo 1 para recursos de exercícios anteriores e 2 para recursos do exercício corrente.

62. A Secretaria da Fazenda do Estado fictício de Vega apresentou as seguintes informações referentes ao exercício financeiro de 2025:

Receita orçamentária realizada	R\$ 9.900.000,00
Despesa orçamentária empenhada	R\$ 10.000.000,00
Despesa orçamentária liquidada	R\$ 9.500.000,00
Despesa orçamentária paga	R\$ 9.200.000,00
Transferências financeiras recebidas	R\$ 700.000,00
Transferências financeiras concedidas	R\$ 500.000,00
Cauções recebidas em dinheiro	R\$ 150.000,00
Devolução de cauções	R\$ 50.000,00
Pagamento de restos a pagar inscritos em exercícios anteriores	R\$ 400.000,00
Aplicação em investimentos de curto prazo sujeitos a variações significativas de valor	R\$ 300.000,00
Saldo do exercício anterior	R\$ 1.200.000,00

Sabendo-se que todas as despesas empenhadas e não pagas até 31/12/2025 foram inscritas em restos a pagar, o Saldo para o Exercício Seguinte evidenciado no Balanço Financeiro de 2025, elaborado de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 11ª edição), foi, em reais, de

- a) 1.900.000,00.
- b) 700.000,00.
- c) 1.800.000,00.
- d) 1.500.000,00.
- e) 1.000.000,00.

63. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 11ª edição), em relação aos procedimentos contábeis aplicados ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), no que se refere aos déficits previdenciários e à segregação da massa, tem-se que

- a) os déficits atuariais correspondem a insuficiências financeiras presentes para o pagamento dos benefícios previdenciários de cada mês, enquanto os déficits financeiros consideram os fluxos de exercícios futuros, analisados a valor presente.
- b) o Fundo em Repartição é padrão e obrigatório para todos os entes, ao passo que o Fundo em Capitalização somente existirá no caso de o ente optar pela segregação da massa de segurados.
- c) os aportes mensais com valores preestabelecidos, destinados à cobertura do déficit atuarial, são repassados pelo ente ao RPPS como transferência financeira, sem execução orçamentária.
- d) a segregação da massa será considerada implementada a partir da aprovação da avaliação atuarial pelo conselho do RPPS, dispensada a separação orçamentária, financeira e contábil dos recursos.
- e) a transferência de recursos do ente ao RPPS para a cobertura de déficit financeiro não gera execução orçamentária no ente, uma vez que o próprio RPPS, integrante do OFSS do ente, já registra a despesa com os benefícios.

64. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 11ª edição), Parte II, Procedimentos Contábeis Patrimoniais, em relação ao reconhecimento e à mensuração do ativo imobilizado, tem-se que

- a) no caso de transferência de ativos, o valor a atribuir deve ser o valor contábil líquido constante dos registros da entidade de origem, e eventual divergência com o critério fixado no instrumento de autorização deve ser evidenciada em notas explicativas.
- b) os ativos imobilizados obtidos a título gratuito devem ser registrados pelo valor contábil líquido constante dos registros do doador, vedada a utilização de avaliação obtida com base em procedimentos técnicos.
- c) os custos da manutenção periódica do item, como mão de obra e produtos consumíveis, devem ser reconhecidos no valor contábil do ativo imobilizado, desde que possam ser mensurados com segurança.
- d) os ativos de infraestrutura, quando não houver evidência disponível para determinar o seu valor de mercado, devem ser mensurados pelo custo histórico atualizado monetariamente, vedada a estimativa do valor justo.
- e) o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação dos bens do patrimônio cultural são obrigatórios, ainda que tais bens não gerem benefícios econômicos nem potencial de serviços além do seu valor cultural.

DIREITO FINANCEIRO*Luciana Marinho*

Acerca do assunto Competência legislativa em matéria financeira e orçamentária, julgue o item que se segue.

65. A Assembleia Legislativa de determinado Estado analisa projeto de lei estadual que disciplina matérias de direito financeiro e de orçamento no âmbito da administração estadual. Parlamentares divergem sobre a competência do Estado para legislar sobre o tema, sobretudo diante da existência da Lei nº 4.320/1964 e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Com base na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) A matéria é de competência privativa da União, razão pela qual os Estados não podem legislar sobre direito financeiro e orçamento, ainda que mediante delegação.
- b) A competência é concorrente, mas a superveniência de norma geral federal revoga definitivamente a lei estadual, ainda que esta não lhe seja contrária.
- c) A competência é exclusiva dos Estados, pois o orçamento estadual é expressão da autonomia financeira do ente, sendo vedada a edição de normas gerais pela União.
- d) A competência é concorrente entre União, Estados e Municípios, cabendo aos Municípios a edição de normas gerais, que os Estados deverão observar.
- e) A competência é concorrente entre União, Estados e Distrito Federal: à União cabe estabelecer normas gerais e aos Estados, suplementá-las; inexistindo lei federal de normas gerais, os Estados exercem a competência legislativa plena, e a superveniência de lei federal suspende a eficácia da lei estadual no que lhe for contrário.

Acerca do assunto Repartição de receitas tributárias, julgue o item que se segue.

66. O Município Y, situado no Estado X, questionou a Secretaria da Fazenda estadual sobre os critérios de repartição de receitas tributárias. O Estado X arrecadou ICMS e IPVA, pagou rendimentos a seus servidores com retenção do imposto de renda na fonte e recebeu recursos de fundos de participação da União.

Segundo a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) O Estado pode reter ou restringir livremente a entrega ao Município da parcela do ICMS que lhe cabe, sempre que entender conveniente, em razão da autonomia financeira estadual.
- b) Pertencem aos Municípios 100% do IPVA dos veículos licenciados em seu território e 50% do ICMS, por serem impostos arrecadados no âmbito local.
- c) Pertencem aos Municípios 50% do produto da arrecadação do IPVA dos veículos licenciados em seus territórios e 25% do produto da arrecadação do ICMS; o imposto de renda retido na fonte pelo Estado sobre rendimentos que ele paga pertence ao próprio Estado.
- d) O imposto de renda retido na fonte sobre rendimentos pagos pelo Estado a seus servidores pertence à União, que o institui e o arrecada, cabendo aos Estados apenas parcela do fundo de participação.
- e) Os recursos recebidos pelo Estado a título de FPE pertencem integralmente a ele, sendo vedado o compartilhamento com os Municípios de qualquer parcela de transferências federais.

Acerca do assunto Despesa obrigatória de caráter continuado (LRF), julgue o item que se segue.

67. O Governador de determinado Estado encaminhou à Assembleia Legislativa projeto de lei que concede aumento real e permanente a determinada categoria de servidores, criando despesa corrente derivada de lei, cuja execução será obrigatória por período superior a dois exercícios. O projeto veio acompanhado da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrará em vigor e nos dois seguintes e da declaração do ordenador da despesa quanto à adequação orçamentária e financeira. Nada constou, porém, sobre a origem dos recursos nem sobre a compensação dos efeitos financeiros da medida nos períodos seguintes.

À luz da Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa correta.

- a) A medida não configura despesa obrigatória de caráter continuado, pois essa categoria alcança apenas despesas de capital derivadas de lei com duração superior a um exercício.
- b) A medida configura despesa obrigatória de caráter continuado e deve demonstrar a origem dos recursos e comprovar que não afetará as metas de resultados fiscais, com seus efeitos compensados nos períodos seguintes por aumento permanente de receita ou redução permanente de despesa; sem isso, a despesa é considerada não autorizada, irregular e lesiva ao patrimônio público.
- c) A estimativa de impacto e a declaração do ordenador de despesa são suficientes, dispensando-se a comprovação de que a despesa não afetará as metas fiscais e a indicação de medidas de compensação.
- d) A compensação dos efeitos financeiros pode ser feita com receitas extraordinárias não recorrentes, como as decorrentes da alienação de patrimônio público, desde que obtidas no exercício.
- e) Por se tratar de despesa com pessoal, a exigência de demonstrar a origem dos recursos é afastada, aplicando-se exclusivamente os limites da despesa total com pessoal do art. 19.

Acerca do assunto Operações de crédito e antecipação de receita orçamentária (ARO), julgue o item que se segue.

68. No terceiro ano do mandato do Governador de determinado Estado, a Secretaria da Fazenda estuda duas medidas de financiamento: contratar operação de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO), para atender a insuficiência de caixa durante o exercício, e contratar operação de crédito de longo prazo, cujo produto seria utilizado para custear despesas correntes. Há controvérsia na equipe sobre as condições e as vedações aplicáveis.

Com base na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa correta.

- a) A ARO pode ser contratada em qualquer data do exercício, desde que liquidada até 31 de dezembro, e pode ser renovada sucessivamente, ainda que haja operação anterior não resgatada.
- b) A ARO é vedada no terceiro ano de mandato, sendo permitida apenas no primeiro e no segundo anos, para evitar o comprometimento de gestões futuras.
- c) É admitida a cobrança, na ARO, de comissões e outros encargos além dos juros, desde que previstos em contrato e compatíveis com os praticados no mercado.
- d) A ARO somente pode ser contratada a partir do décimo dia do início do exercício, deve ser liquidada, com juros e demais encargos, até 10 de dezembro e é vedada enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada, bem como no último ano de mandato; a operação de longo prazo para custear despesas correntes encontra obstáculo na regra que veda operações de crédito em montante superior ao das despesas de capital.
- e) A Constituição admite operações de crédito de qualquer montante para custear despesas correntes, desde que previstas na lei orçamentária anual, sem outras condicionantes.

FINANÇAS PÚBLICAS*Amanda Aires*

69. No âmbito da teoria do federalismo fiscal e das transferências intergovernamentais, é correto afirmar:

- a) Segundo o Teorema da Descentralização de Oates, a provisão centralizada de bens públicos é sempre mais eficiente que a descentralizada, pois explora economias de escala e elimina as externalidades entre jurisdições.
- b) O efeito *flypaper* indica que uma transferência incondicional estimula o gasto do ente receptor na mesma proporção que um aumento equivalente da renda privada de seus residentes.
- c) Na abordagem de Musgrave, a função alocativa deve caber preferencialmente ao governo central, e as funções distributiva e estabilizadora devem caber aos governos subnacionais.
- d) As transferências condicionadas com contrapartida (*matching grants*) reduzem o preço relativo do bem subsidiado para o ente receptor e geram efeito-substituição além do efeito-renda. As transferências incondicionadas produzem, em tese, apenas efeito-renda.
- e) O desequilíbrio fiscal vertical é a disparidade de capacidade de arrecadação entre entes de mesmo nível de governo, como entre municípios de uma mesma região.

70. De acordo com as regras de repartição das receitas tributárias previstas na Constituição Federal de 1988, pertencem aos Municípios:

- a) 50% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS).
- b) 50% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) licenciados em seus territórios.

c) a totalidade do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural (ITR), em qualquer hipótese, relativo aos imóveis neles situados.

d) 30% do produto da arrecadação do IOF incidente sobre o ouro definido como ativo financeiro ou instrumento cambial, cabendo os 70% restantes aos Estados de origem.

e) a parcela do imposto de renda retido na fonte sobre rendimentos pagos pelos Municípios, que deve ser integralmente repassada à União para compor o Fundo de Participação dos Municípios.

71. Sobre a mensuração da Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP) no Brasil pelos critérios “acima da linha” e “abaixo da linha”, é correto afirmar:

a) O critério “acima da linha” é o adotado oficialmente pelo Banco Central do Brasil e apura o resultado fiscal pela variação do endividamento líquido do setor público.

b) Pelo critério “abaixo da linha”, a NFSP é obtida pela variação da dívida líquida do setor público no período, razão pela qual é também chamado de critério de financiamento. Esse critério não permite identificar a origem do resultado por item de receita e despesa.

c) O critério “abaixo da linha” discrimina detalhadamente as receitas e despesas que geraram o resultado e, por isso, é o mais adequado para avaliar a qualidade do ajuste fiscal.

d) Por definição contábil, os dois critérios sempre produzem resultados idênticos, e não há discrepância estatística entre eles.

e) A apuração da NFSP abrange as instituições financeiras públicas, como Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, e as empresas Petrobras e Eletrobras.

72. Considere os seguintes dados hipotéticos das contas consolidadas de um setor público, em R\$ bilhões, referentes a determinado exercício:

Item	Valor
Receitas não financeiras	1.200
Despesas não financeiras	1.150
Juros nominais sobre a dívida líquida	400
Atualização monetária e cambial da dívida	250

Com base nesses dados, o setor público apresentou, respectivamente, resultado primário, resultado operacional e resultado nominal de:

- a) déficit de 50; déficit de 100; déficit de 450.
- b) superávit de 50; superávit de 100; déficit de 350.
- c) superávit de 50; déficit de 100; déficit de 350.
- d) superávit de 50; déficit de 150; déficit de 400.
- e) déficit de 50; déficit de 200; déficit de 350.

FLUÊNCIA DE DADOS

Emannuelle Gouveia

73. Uma organização recebe dados de um sistema de vendas em tabelas relacionais, registros de aplicações em arquivos JSON e imagens enviadas por clientes. Considerando a organização e a representação desses dados, a classificação adequada é apresentada em

- a) estruturados para as tabelas relacionais, semiestruturados para os arquivos JSON e não estruturados para as imagens.
- b) estruturados para as tabelas relacionais, não estruturados para os arquivos JSON e semiestruturados para as imagens.
- c) semiestruturados para as tabelas relacionais, estruturados para os arquivos JSON e não estruturados para as imagens.
- d) não estruturados para as tabelas relacionais, semiestruturados para os arquivos JSON e estruturados para as imagens.

e) estruturados para as tabelas relacionais e para os arquivos JSON, pois ambos apresentam obrigatoriamente esquemas rígidos, e semiestruturados para as imagens.

74. Durante a aplicação da metodologia CRISP-DM, uma equipe identifica, na fase de modelagem, que os dados disponíveis não apresentam qualidade suficiente para alcançar os resultados esperados. A medida compatível com o ciclo de aplicação dessa metodologia consiste em

- a) avançar diretamente para a implantação, pois a metodologia estabelece uma sequência linear de fases que não admite revisões.
- b) reiniciar obrigatoriamente todo o projeto pela fase de compreensão do negócio, descartando os resultados obtidos nas etapas anteriores.
- c) realizar a avaliação final dos modelos, pois os problemas de qualidade dos dados devem ser corrigidos exclusivamente após a conclusão da modelagem.
- d) retornar à fase de preparação dos dados para realizar os ajustes necessários e, posteriormente, retomar a modelagem, respeitando o caráter iterativo da metodologia.
- e) substituir a fase de preparação dos dados pela implantação, uma vez que o tratamento de inconsistências ocorre durante a utilização dos modelos em produção.

75. Uma organização pretende modernizar sua arquitetura de dados, mantendo informações históricas organizadas para análises gerenciais e, simultaneamente, permitindo o armazenamento de dados brutos para aplicações de ciência de dados. A respeito das arquiteturas de armazenamento e análise, assinale a alternativa correta.

- a) O Data Warehouse é destinado exclusivamente ao armazenamento de dados brutos, sem necessidade de integração ou tratamento prévio, enquanto o Data Lake exige a organização dos dados em esquemas relacionais rígidos antes do armazenamento.
- b) O Data Mart constitui um repositório independente de qualquer finalidade analítica, projetado para substituir bancos de dados transacionais e executar operações de inserção e atualização em tempo real.
- c) O Data Lakehouse elimina a necessidade de mecanismos de governança e controle de qualidade, pois a integração entre diferentes formatos de dados garante automaticamente sua consistência.
- d) O Data Warehouse e o Data Lake possuem obrigatoriamente a mesma estrutura de armazenamento, diferenciando-se apenas pela quantidade de dados que conseguem processar.
- e) O Data Lakehouse combina características do Data Lake e do Data Warehouse, permitindo armazenar dados em diferentes formatos e incorporar recursos de gerenciamento, controle transacional e análise de dados em uma arquitetura integrada.

76. Uma aplicação precisa armazenar informações de produtos que apresentam atributos variáveis conforme suas categorias, sem exigir alterações frequentes em uma estrutura rígida de tabelas. Entre os modelos de bancos de dados NoSQL, a alternativa mais adequada para essa necessidade é

- a) o modelo orientado a grafos, que organiza os dados exclusivamente em tabelas relacionadas por chaves estrangeiras, permitindo a inclusão dinâmica de atributos.

- b) o modelo orientado a documentos, que armazena informações em documentos com estruturas flexíveis, permitindo que registros de uma mesma coleção apresentem diferentes atributos.
- c) o modelo chave-valor, que exige a definição prévia de colunas fixas e relacionamentos entre tabelas para armazenar informações heterogêneas.
- d) o modelo orientado a colunas, que impede a inclusão de novos atributos após a criação do banco de dados, garantindo a padronização dos registros.
- e) o modelo relacional distribuído, que constitui uma categoria de NoSQL caracterizada pela obrigatoriedade de esquemas rígidos e pela utilização exclusiva da linguagem SQL.

77. Um sistema de atendimento automatizado precisa identificar a intenção dos usuários em mensagens escritas, mesmo quando diferentes expressões são utilizadas para formular solicitações semelhantes. Para atender a essa necessidade, uma aplicação de Processamento de Linguagem Natural (PLN) pode utilizar

- a) modelos de classificação de intenções que analisam padrões linguísticos e representações semânticas das mensagens, permitindo reconhecer solicitações semelhantes mesmo quando apresentam palavras diferentes.
- b) técnicas de reconhecimento óptico de caracteres (OCR), responsáveis por identificar automaticamente o significado de mensagens textuais e determinar a intenção dos usuários a partir da formatação dos caracteres.
- c) algoritmos de compressão de dados, que reduzem o tamanho das mensagens e identificam sua intenção por meio da quantidade de caracteres presentes no texto.
- d) mecanismos de análise sintática que dispensam qualquer interpretação semântica e garantem a identificação correta da intenção apenas pela posição das palavras nas frases.
- e) procedimentos de tokenização que, isoladamente, classificam a intenção das mensagens ao dividir o texto em unidades menores, sem necessidade de análise contextual ou modelos adicionais.

78. Um órgão público pretende utilizar um modelo de linguagem de grande escala (LLM) para auxiliar na elaboração de respostas a consultas administrativas. Considerando o funcionamento desses modelos e os cuidados necessários à sua utilização, a medida tecnicamente adequada consiste em

- a) utilizar o modelo como fonte definitiva de informações, pois seu treinamento com grandes volumes de textos garante a precisão factual das respostas produzidas.
- b) restringir a utilização do modelo à reprodução literal dos textos presentes em seus dados de treinamento, uma vez que os LLMs não possuem capacidade de gerar novas combinações linguísticas.
- c) fornecer ao modelo informações relevantes de fontes confiáveis e estabelecer procedimentos de verificação das respostas, considerando que a geração de textos pode produzir conteúdos plausíveis, mas factualmente incorretos.
- d) eliminar a necessidade de revisão humana mediante o aumento do número de parâmetros do modelo, pois modelos maiores são imunes à geração de informações inexistentes.
- e) considerar que o modelo interpreta as solicitações exclusivamente por correspondência exata de palavras, sem utilizar relações contextuais ou representações aprendidas durante o treinamento.

79. Uma organização pretende disponibilizar dados para análises estatísticas, restringir a exposição de informações pessoais durante o acesso aos sistemas e estabelecer critérios para a conservação e a eliminação dos registros. A aplicação adequada das técnicas de proteção e gestão desses dados está descrita em

- a) a anonimização substitui temporariamente os dados pessoais por valores fictícios, mantendo obrigatoriamente uma tabela de correspondência que permite recuperar a identidade dos titulares.
- b) o mascaramento elimina definitivamente a possibilidade de identificação dos titulares, tornando os dados automaticamente anônimos,

independentemente da técnica utilizada ou das informações disponíveis.

- c) as políticas de retenção determinam que todos os dados pessoais sejam conservados por prazo indeterminado, desde que a organização utilize mecanismos de criptografia e controle de acesso.
- d) a anonimização e o mascaramento possuem a mesma finalidade técnica e produzem resultados equivalentes, enquanto as políticas de retenção se limitam à realização periódica de cópias de segurança.
- e) a anonimização busca impedir a identificação dos titulares por meios técnicos razoáveis e disponíveis, o mascaramento restringe a exposição de informações por meio da ocultação ou substituição de valores, e as políticas de retenção estabelecem critérios e prazos para conservação e eliminação dos dados.

80. Uma instituição coleta dados pessoais para realizar o cadastro de usuários em seus serviços digitais. Durante uma auditoria, constatou-se que o formulário solicita informações que não são necessárias para a prestação do serviço, embora estejam relacionadas à atividade da instituição. O princípio da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) diretamente relacionado à exigência de limitar a coleta ao mínimo necessário é o da

- a) adequação, que determina a utilização dos dados pessoais exclusivamente para finalidades comerciais previamente autorizadas pelo titular.
- b) necessidade, que estabelece a limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, abrangendo dados pertinentes, proporcionais e não excessivos.
- c) finalidade, que permite a coleta de informações adicionais sempre que houver relação entre os dados e as atividades gerais da instituição.
- d) transparência, que exige a divulgação pública de todos os dados pessoais coletados, independentemente de sua natureza ou finalidade.
- e) livre acesso, que autoriza a instituição a coletar informações adicionais desde que o titular possa consultar os dados armazenados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**CONTABILIDADE GERAL***Júlio Cardozo*

81. A Cia. Piracicaba iniciou suas atividades em janeiro de 2025 com um capital totalmente integralizado pelos sócios em numerário no valor de R\$ 1.200.000,00. As únicas mutações sofridas pelo patrimônio líquido da entidade no decorrer do ano foram um aumento de capital de R\$ 180.000,00, subscrito pelos sócios, mas não integralizado no exercício, e a apuração de lucros correspondentes a 30% do capital inicial.

No final do exercício, o patrimônio bruto da companhia montava a R\$ 2.400.000,00. O Passivo exigível da companhia, na mesma data, foi equivalente, em reais, a

- a) 660.000,00.
- b) 786.000,00.
- c) 840.000,00.
- d) 1.020.000,00.
- e) 1.200.000,00.

82. Na Cia. São José do Rio Preto, foi identificado o seguinte lançamento contábil:

Conta	Débito	Crédito
Bancos Conta Movimento	R\$ 12.000,00	—
Veículos	R\$ 28.000,00	—
Capital Social	—	R\$ 40.000,00

O lançamento acima refere-se à transação de:

- a) aquisição de veículo com pagamento por transferência bancária.
- b) subscrição de capital social pelos sócios, sem a entrega dos recursos à companhia.
- c) obtenção de empréstimo bancário para aquisição de veículo.
- d) integralização de capital social mediante transferência bancária e entrega de veículo.
- e) devolução de capital aos sócios mediante transferência bancária e entrega de veículo

83. Em relação à escrituração contábil, é correto afirmar que as contas

- a) retificadoras do Ativo possuem natureza devedora e seus saldos aumentam por lançamentos a débito.
- b) representativas de obrigações da entidade diminuem por lançamentos a crédito e aumentam por lançamentos a débito.
- c) de despesas possuem natureza devedora e, por esse motivo, não podem receber lançamentos a crédito.
- d) retificadoras do Patrimônio Líquido, como Ações em Tesouraria, possuem natureza devedora e seus saldos aumentam por lançamentos a débito.
- e) de receitas possuem natureza credora e seus saldos aumentam por lançamentos a débito

84. A empresa Campinas Equipamentos Comerciais Ltda., que atua na comercialização de equipamentos para lojas, apresentou, em seu balanço patrimonial de 31/12/2025, as seguintes contas e respectivos saldos, que representam integralmente seus ativos e passivos exigíveis:

Conta	Saldo
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 40.000,00
Fornecedores	R\$ 80.000,00
Clientes — Contas a Receber	R\$ 60.000,00
Salários a Pagar	R\$ 40.000,00
Estoques	R\$ 70.000,00
Adiantamentos de Clientes	R\$ 40.000,00
Adiantamentos a Fornecedores — mercadorias a receber em até 90 dias	R\$ 50.000,00
Tributos a Recuperar — compensáveis nos próximos 12 meses	R\$ 60.000,00
Financiamentos de Longo Prazo	R\$ 100.000,00
Provisões para Processos Trabalhistas — liquidação estimada após 12 meses	R\$ 20.000,00
Imobilizado	R\$ 120.000,00

A proporção do capital próprio que financia as operações da Campinas Equipamentos Comerciais Ltda., em relação ao capital total, corresponde a:

- a) 20%
- b) 30%
- c) 35%
- d) 40%
- e) 70%

85. Considere as seguintes informações:

- A empresa Sorocaba Máquinas S.A. fabrica equipamentos industriais.
- A empresa Campinas Comercial Ltda. adquiriu da Sorocaba Máquinas S.A. dez equipamentos para revendê-los, com expectativa de venda nos próximos seis meses.
- A empresa Jundiaí Indústria S.A. adquiriu da Campinas Comercial Ltda. dois equipamentos para utilizá-los em seu processo produtivo durante cinco anos.
- A empresa Santos Tecnologia Ltda. adquiriu uma patente para utilização em suas atividades pelo prazo de dez anos.
- A empresa Ribeirão Preto Participações S.A. adquiriu ações da Sorocaba Máquinas S.A. exclusivamente para negociá-las nos próximos três meses.

Os equipamentos adquiridos pelas empresas Campinas Comercial Ltda. e Jundiaí Indústria S.A., a patente adquirida pela empresa Santos Tecnologia Ltda. e as ações adquiridas pela empresa Ribeirão Preto Participações S.A. serão classificados, respectivamente, no Balanço Patrimonial dessas empresas no ativo:

- a) não circulante, circulante, não circulante e circulante.
- b) circulante, não circulante, circulante e não circulante.
- c) circulante, não circulante, não circulante e circulante.
- d) circulante, circulante, não circulante e não circulante.
- e) não circulante, não circulante, circulante e circulante.

86. O Patrimônio Líquido da Cia. Araraquara possuía a seguinte composição em 31/12/2024:

Conta	Saldo
Capital Social	R\$ 800.000,00
Reserva Legal	R\$ 100.000,00
Reserva para Expansão	R\$ 240.000,00
Ações em Tesouraria	R\$ 60.000,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial — saldo credor	R\$ 30.000,00

Durante o ano de 2025, a companhia reconheceu as seguintes transações:

- Aplicação financeira em título de dívida mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: reconhecimento de juros pela taxa efetiva no valor de R\$ 15.000,00 e de ajuste negativo ao valor justo de R\$ 12.000,00, registrado em outros resultados abrangentes.
- Lucro Líquido: R\$ 900.000,00, já incluindo a receita de juros da aplicação financeira.
- Constituição da Reserva Legal: R\$ 45.000,00.
- Dividendos obrigatórios distribuídos: R\$ 270.000,00.
- Aumento de Capital Social: emissão de 50.000 novas ações, com valor nominal de R\$ 2,00 por ação, negociadas por R\$ 4,00 cada, integralmente recebidos pela companhia.
- Venda da totalidade das Ações em Tesouraria: R\$ 85.000,00.

Desconsidere os efeitos tributários e os custos de transação.

Considerando o registro dessas transações, o Patrimônio Líquido da Cia. Araraquara, no balanço patrimonial de 31/12/2025, era, em reais,

- a) 1.913.000,00.
- b) 1.953.000,00.
- c) 2.028.000,00.
- d) 1.968.000,00.
- e) 2.013.000,00

87. A Cia. Comercial Bauru reconheceu, durante o ano de 2025, vendas brutas no valor total de R\$ 2.500.000,00. As seguintes informações adicionais são conhecidas sobre fatos ocorridos no mesmo ano:

Informação	Valor
Devoluções de vendas	R\$ 200.000,00
Abatimentos sobre vendas	R\$ 100.000,00
Comissões sobre as vendas realizadas	R\$ 80.000,00
Frete para entrega das mercadorias vendidas	R\$ 40.000,00
Impostos sobre vendas	R\$ 450.000,00
Despesa com perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	R\$ 60.000,00
Recuperação de créditos com clientes, anteriormente baixados como perda	R\$ 20.000,00

Sabendo que o custo das mercadorias vendidas foi R\$ 1.000.000,00, a Receita Líquida de Vendas e o Lucro Bruto apurados pela companhia, no ano de 2025, foram, respectivamente, em reais,

- a) 1.710.000,00 e 710.000,00.
- b) 1.750.000,00 e 750.000,00.
- c) 1.670.000,00 e 670.000,00.
- d) 1.750.000,00 e 710.000,00.
- e) 1.750.000,00 e 690.000,00

88. A Cia. Alimentos Marília possui demandas judiciais decorrentes de eventos passados, cujos desembolsos estimados totalizam R\$ 1.200.000,00. Na elaboração das demonstrações contábeis de 31/12/2025, a avaliação jurídica indicou que:

- Para 50% do valor total, a saída de recursos é considerada provável.
- Para 30% do valor total, a saída de recursos é considerada possível.
- Para o restante, a saída de recursos é considerada remota.

Os valores estimados são confiáveis e representam a melhor estimativa dos desembolsos necessários para liquidar as respectivas obrigações.

O valor a ser reconhecido como provisão em 31/12/2025 é:

- a) R\$ 960.000,00.
- b) R\$ 360.000,00.
- c) R\$ 1.200.000,00.
- d) R\$ 600.000,00.
- e) R\$ 240.000,00.

CONTABILIDADE PÚBLICA

Marcondes Fortaleza

89. Marque a alternativa que não apresenta uma variação patrimonial quantitativa:

- a) Ajustes de perdas em estoques.
- b) Compra de estoque para pagamento posterior.
- c) Depreciação de imóveis.
- d) Pagamento de despesa com aluguel de espaço para atendimento ao público.
- e) Liquidação de despesa com pessoal.

90. De acordo com o MCASP, a Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia as alterações de caixa e equivalentes de caixa verificadas no exercício de referência.

Assinale a opção que indica quando há geração de caixa proveniente da atividade de operacional.

- a) Caixa recebido decorrente de solução de litígios.
- b) Caixa recebido proveniente da emissão de debêntures.
- c) Recebimentos de caixa por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos a terceiros, quando a entidade não é instituição financeira pública.
- d) Recebimentos de caixa decorrentes de venda de imobilizado.
- e) Recebimentos de caixa por contratos futuros e a termo.

91. Considerando o disposto no MCASP a respeito das regras de integridade do PCASP, assinale a opção com o lançamento correto no momento da realização da receita, na natureza de informação orçamentária.

- a) D 6.2.2.1.1.xx.xx Crédito disponível
C 6.2.2.1.3.01.xx Crédito empenhado a liquidar
- b) D 5.2.1.1.0.00.00 Previsão Inicial da Receita
C 6.2.1.1.0.00.00 Receita a Realizar
- c) D 6.2.1.1.0.00.00 Receita a Realizar
C 6.2.1.2.0.00.00 Receita Realizada
- d) D 3.x.x.x.x.xx.xx Variação patrimonial diminutiva
C 2.1.x.x.x.xx.xx Passivo circulante
- e) D 8.2.1.1.x.xx.xx Execução da disponibilidade de recursos
C 8.2.1.1.2.xx.xx DDR comprometida por empenho

92. Sobre a NBC TSP 13 – apresentação de informação orçamentária nas demonstrações contábeis., analise as assertivas a seguir:

- I. A entidade deve apresentar a comparação do orçamento com os valores realizados por meio de colunas adicionais nas demonstrações contábeis somente quando as demonstrações e o orçamento são elaborados em base comparável.
- II. A entidade não necessita divulgar expressamente o período a que se refere o orçamento aprovado.
- III. Regime orçamentário refere-se ao regime adotado no orçamento (sempre de competência) que foi aprovado pelo Poder Legislativo ou outra autoridade com prerrogativa semelhante.

Está (ão) incorreto(s) o(s) item(ns):

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III, apenas.

Dados para resolução das questões 93 a 95.

Os seguintes eventos foram contabilizados durante o primeiro exercício financeiro, já encerrado, da prefeitura de Morada Novense.

- I. Aprovação da lei orçamentária anual, no valor de R\$ 35.000,00, sendo 70% na categoria econômica corrente e 30% na categoria econômica de capital, tanto para as receitas como para as despesas.
- II. Lançamento de impostos no valor de R\$ 24.500,00, tendo sido arrecadado 80% desse valor.
- III. Empenho, liquidação e pagamento de despesas com água, luz e telefone, no valor de R\$ 5.250,00.
- IV. Recebimento de um veículo em doação, no valor de R\$ 10.500,00.
- V. Empenho e liquidação de despesas de pessoal, no valor de R\$ 14.000,00, 100% inscritas em restos a pagar.

A partir dessas informações hipotéticas, julgue os itens a seguir, relativos à elaboração e ao

fechamento das demonstrações contábeis da prefeitura de Morada Novense.

93. O resultado orçamentário do exercício apurado no balanço orçamentário foi:

- a) nulo.
- b) R\$ 350.
- c) R\$ 10.850.
- d) R\$ 5.250.
- e) R\$ 14.350.

94. O resultado financeiro do exercício apurado no balanço financeiro foi:

- a) nulo.
- b) R\$ 350.
- c) R\$ 10.850.
- d) R\$ 5.250.
- e) R\$ 14.350.

95. O resultado patrimonial apurado na DVP foi:

- a) R\$ 8.750.
- b) R\$ 12.250.
- c) R\$ 17.500.
- d) R\$ 15.750.
- e) R\$ 35.000.

Dados para resolução da questão 96.

No primeiro exercício financeiro encerrado de uma entidade do setor público, somente as seguintes transações foram efetuadas e registradas.

- I. Foi aprovada a lei orçamentária anual (LOA) no valor de R\$ 57.600,00, sendo 50% na categoria econômica corrente e 50% na categoria econômica de capital.
- II. Foi contratada e recebida à vista uma operação de crédito no valor de R\$ 28.800,00, a ser paga em 10 anos, e foram arrecadados R\$ 21.600,00 em impostos.
- III. Foram empenhadas, liquidadas e pagas outras despesas correntes no valor de R\$ 19.200,00.
- IV. Foram empenhadas, liquidadas e inscritas 100% em restos a pagar processados despesas com serviços de terceiros, no valor de R\$ 3.600,00.
- V. Foi empenhado, liquidado e pago à vista um imóvel adquirido para uso nas atividades da entidade, no valor de R\$ 28.800,00.
- VI. Foi recebido um veículo em doação, para uso na entidade, no valor de R\$ 7.200,00.

96. O resultado patrimonial do exercício apurado na demonstração das variações patrimoniais dessa entidade foi:

- a) Superavitário em R\$ 12.000,00.
- b) Deficitário em R\$ 10.000,00.
- c) Deficitário em R\$ 6.000,00.
- d) Superavitário em R\$ 6.000,00.
- e) Deficitário em R\$ 12.000,00.

CONTABILIDADE DE CUSTOS*Silvio Sande*

97. A Cia. Diadema, ao analisar os custos do seu único produto, obteve as seguintes informações:

	Quantidade produzida	Custo unitário	Custo Total
Custo X	20.000 unidades	R\$ 6,00	R\$ 120.000,00
	30.000 unidades	R\$ 6,00	R\$ 180.000,00
	40.000 unidades	R\$ 6,00	R\$ 240.000,00

	Quantidade produzida	Custo unitário	Custo Total
Custo Y	20.000 unidades	R\$ 6,00	R\$ 120.000,00
	30.000 unidades	R\$ 4,00	R\$ 120.000,00
	40.000 unidades	R\$ 3,00	R\$ 120.000,00

Com base nessas informações, é correto afirmar que os custos X e Y são, em relação ao volume de produção, respectivamente,

- a) variável e variável.
- b) indireto e variável.
- c) variável e fixo.
- d) fixo e variável.
- e) fixo e indireto.

98. São dadas as seguintes informações, relativas à escrituração da Cia. Industrial SAMPA, no exercício de 2025 (em R\$):

Estoque inicial de produtos em elaboração	200.000,00
Mão-de-Obra direta	540.000,00
Despesas financeiras na aquisição de material direto.....	140.000,00
Estoque final de produtos acabados.....	300.000,00
Custos Indiretos de fabricação	960.000,00
Estoque final de produtos em elaboração.....	240.000,00
Material Direto consumido na produção	460.000,00
Despesa com fretes de venda	80.000,00
Estoque inicial de produtos acabados	400.000,00

O custo dos produtos acabados pela companhia no exercício de 2025 correspondeu, em R\$, a

- a) 2.240.000,00
- b) 2.160.000,00
- c) 2.020.000,00
- d) 1.960.000,00
- e) 1.920.000,00

99. Se uma empresa industrial apresenta, ao final de um período, estoques finais de produtos acabados em quantidade superior aos estoques iniciais, e adota simultaneamente os métodos de custeio por absorção e custeio variável, é correto afirmar que:

- a) O lucro apurado pelo custeio variável será obrigatoriamente superior ao lucro apurado pelo custeio por absorção.
- b) Os lucros apurados por ambos os métodos serão sempre idênticos, pois o volume de vendas dita o resultado final do exercício.
- c) O lucro apurado pelo custeio por absorção será superior ao lucro apurado pelo custeio variável, pois parte dos custos fixos do período ficou retida nos estoques finais.
- d) O custeio variável registrará um lucro maior porque exclui o efeito da ociosidade fabril do cálculo.
- e) Haverá uma superaplicação de custos indiretos que anulará a diferença entre os lucros dos dois métodos.

100. A empresa Comercial Alfa Ltda. apresenta os seguintes dados operacionais e patrimoniais para um único produto:

- Preço de venda unitário : R\$ 50,00
- Custo variável unitário: R\$ 30,00
- Custos e despesas fixas totais: R\$ 40.000,00
- Investimento total (Patrimônio Líquido Aplicado): R\$ 100.000,00
- Taxa Mínima de Atratividade (Lucro econômico desejado / Custo de oportunidade): 12% ao ano (considerado no período de apuração).

Com base nesses dados, quais são, respectivamente, o Ponto de Equilíbrio Contábil (em unidades) e o Ponto de Equilíbrio Econômico (em unidades)

- a) 2.000 unidades (contábil) e 2.500 unidades (econômico)
- b) 1.500 unidades (contábil) e 2.000 unidades (econômico)
- c) 2.000 unidades (contábil) e 2.600 unidades (econômico)
- d) 2.500 unidades (contábil) e 3.000 unidades (econômico)
- e) 1.800 unidades (contábil) e 2.200 unidades (econômico)

101. A empresa industrial SS S.A. produz um único produto e, para produzir integralmente 10.000 unidades desse produto, incorreu nos seguintes gastos durante o mês de janeiro de 2026:

- Custos fixos: R\$ 50.000
- Custos variáveis:
- Matéria-prima: R\$ 15/unidade
- Mão de obra direta: R\$ 12/unidade
- Despesas fixas: R\$ 30.000
- Despesas variáveis: R\$ 3/unidade
- Comissões de venda: 10% do preço de venda

Informações adicionais:

- Preço de venda: R\$ 70/unidade
- Impostos sobre a Venda: 10% da receita de vendas
- Quantidade vendida: 3.000 unidades

Sabendo que a empresa industrial **SS S.A.** utiliza o Método de Custeio por Absorção, o custo unitário da produção do período foi, em reais,

- a) 32.
- b) 27.
- c) 24.
- d) 14.
- e) 18.

102. A contabilidade de determinada empresa levantou os seguintes dados sobre a produção empresarial:

Preço de venda unitário: R\$ 250,00

Custos fixos unitários: R\$ 77,00

Custos fixos totais: R\$ 53.900,00

Custos variáveis unitários: R\$ 60,00

Despesas fixas unitárias: R\$ 30,00

Despesas fixas totais: R\$ 21.000,00

Despesas variáveis unitárias: R\$ 50,00

Quantidade vendida: 500

Com base nesses dados, a margem de contribuição unitária e a margem de contribuição total são, respectivamente,

- a) R\$ 270,00 e R\$ 189.000,00
- b) R\$ 140,00 e R\$ 70.000,00
- c) R\$ 377,00 e R\$ 263.000,00
- d) R\$ 90,00 e R\$ 63.000,00
- e) R\$ 73,00 e R\$ 51.100,00

103. Uma sociedade empresária apresentou as seguintes informações operacionais em um determinado período: Produção de 12.000 unidades; Vendas de 9.000 unidades a R\$ 100,00 cada; Custo Variável de Produção de R\$ 30,00 por unidade; Custo Fixo de Produção total de R\$ 240.000,00; Despesas Variáveis de Venda de R\$ 10,00 por unidade; e Despesas Fixas totais de R\$ 120.000,00. Sabendo que não havia estoque inicial de produtos acabados, os lucros líquidos apurados pelo Custeio por Absorção e pelo Custeio Variável, respectivamente, atingem os valores de:

- a) R\$ 270.000,00 e R\$ 210.000,00.
- b) R\$ 210.000,00 e R\$ 150.000,00.
- c) R\$ 330.000,00 e R\$ 270.000,00.
- d) R\$ 180.000,00 e R\$ 240.000,00.
- e) R\$ 240.000,00 e R\$ 180.000,00.

104. O Custeio Baseado em Atividades (Activity-Based Costing - ABC) busca minimizar as distorções provocadas pelo rateio arbitrário dos Custos Indiretos de Fabricação (CIF). O princípio fundamental desse método baseia-se na premissa de que:

- a) Os produtos consomem recursos diretamente, sem a necessidade de intermediários operacionais.
- b) Os custos fixos devem ser alocados com base nas horas de mão de obra direta de forma obrigatória.
- c) As atividades consomem recursos e os produtos consomem as atividades.
- d) Os custos variáveis independem do volume de atividades executadas na fábrica.
- e) O volume de produção é o único direcionador de custos relevante para a empresa.

DIREITO FINANCEIRO*Gabriela Zavadinack*

105. A Lei de Responsabilidade Fiscal determina que a lei de diretrizes orçamentárias seja acompanhada de anexos específicos, cujos demonstrativos são detalhados pelo Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) vigente. Considerando a disciplina do Anexo de Metas Fiscais e do Anexo de Riscos Fiscais, é correto afirmar:

- a) O Anexo de Riscos Fiscais integra o Anexo de Metas Fiscais, constituindo um de seus demonstrativos, no qual são avaliados os passivos contingentes e demais riscos capazes de afetar as contas públicas.
- b) As metas anuais de receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, fixadas no Anexo de Metas Fiscais, referem-se exclusivamente ao exercício a que se refere a lei de diretrizes orçamentárias, sendo vedado o estabelecimento de metas para os exercícios seguintes.
- c) O Anexo de Metas Fiscais abrange, entre outros demonstrativos, a estimativa e compensação da renúncia de receita e a margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, ao passo que o Anexo de Riscos Fiscais avalia os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas caso eles se concretizem.
- d) A elaboração do Anexo de Riscos Fiscais é exigência dirigida apenas à União, estando os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensados de integrá-lo às suas leis de diretrizes orçamentárias, ao contrário do Anexo de Metas Fiscais, de adoção obrigatória por todos os entes.
- e) O conteúdo adicional previsto para o Anexo de Metas Fiscais do projeto de lei de diretrizes orçamentárias da União, que inclui o marco fiscal de médio prazo e os intervalos de tolerância para verificação do cumprimento das metas, passou a ser de observância obrigatória pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios a partir do ano de 2026.

106. O Estado Alfa publicou sua lei orçamentária anual em 22 de dezembro. Ao final do segundo bimestre do exercício seguinte, a Secretaria da Fazenda constatou que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento da meta de resultado primário fixada no Anexo de Metas Fiscais da lei de diretrizes orçamentárias. Entre as despesas do Estado, há parcelas de amortização e juros de contratos de dívida, despesas com ações e serviços públicos de saúde sujeitas a piso constitucional, dotações para obras de investimento não essenciais e recursos de convênio vinculados a finalidade específica, ainda não utilizados. Com base nos arts. 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, é correto afirmar:

- a) A programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso devem ser estabelecidos pelo Poder Executivo em até 30 dias contados da publicação da lei de diretrizes orçamentárias, e a limitação de empenho, quando constatada a frustração de receita ao final de cada quadrimestre, deve ser promovida nos quinze dias subsequentes.
- b) Cabe exclusivamente ao Poder Executivo promover, por decreto, a limitação de empenho e de movimentação financeira de todos os Poderes e do Ministério Público, uma vez que a programação financeira é competência privativa desse Poder.
- c) A limitação de empenho e de movimentação financeira somente é admissível após o efetivo descumprimento da meta de resultado primário, apurado no relatório resumido da execução orçamentária, não sendo cabível com base em mera projeção de arrecadação.
- d) As parcelas de amortização e juros dos contratos de dívida, por não constituírem obrigação constitucional do ente, podem ser objeto de limitação, devendo ser reduzidas proporcionalmente às demais despesas discricionárias.
- e) Os Poderes e o Ministério Público devem promover, por ato próprio e nos montantes necessários, a limitação de empenho e de movimentação financeira nos trinta dias subsequentes à

verificação de queda de arrecadação que possa comprometer o atingimento dos resultados fiscais, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias, não sendo alcançadas as obrigações constitucionais e legais do ente, o serviço da dívida e as despesas ressalvadas pela LDO.

107. O Município Gama pretende prorrogar, por mais oito anos, a isenção de ISS concedida há cinco anos a pessoas jurídicas do setor de tecnologia. O projeto de lei está acompanhado de estimativa do quantitativo de beneficiários e de metas de desempenho. Contudo, o Município não realizou a avaliação de resultados do benefício que está prestes a vencer. Com base no art. 14-A da Lei de Responsabilidade Fiscal, é correto afirmar:

- a) O art. 14-A aplica-se somente à concessão inicial de benefício tributário, de modo que a prorrogação de benefício já existente se sujeita apenas às exigências do art. 14.
- b) A prorrogação é vedada, pois a avaliação de resultados não foi realizada, ainda que a proposição legislativa esteja acompanhada dos demais elementos exigidos.
- c) O prazo de oito anos é admissível mediante simples previsão na proposição legislativa, uma vez que o limite de cinco anos para a vigência do benefício tem caráter meramente indicativo.
- d) A avaliação de resultados em relação às metas de desempenho cabe ao Tribunal de Contas competente, por ser o órgão de controle externo da gestão fiscal.
- e) O art. 14-A aplica-se também ao diferimento de tributos que apenas posterga o pagamento do tributo, de forma parcelada, por prazo igual ou inferior a sessenta meses.

108. Sobre a receita corrente líquida (RCL) e os requisitos relativos à previsão e à arrecadação de receitas, disciplinados nos arts. 11 a 13 da Lei de Responsabilidade Fiscal, é correto afirmar:

- a) Na apuração da RCL dos Estados, deduzem-se as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional e a contribuição dos servidores para o custeio do sistema de previdência, mas não as receitas provenientes da compensação financeira entre regimes previdenciários.
- b) A instituição, a previsão e a efetiva arrecadação dos tributos da competência constitucional do ente são requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal, mas o descumprimento relativo aos impostos não acarreta sanção, ensejando apenas alerta do Tribunal de Contas.
- c) A reestimativa de receita pelo Poder Legislativo, durante a apreciação do projeto de lei orçamentária, é admitida sempre que o Parlamento considerar subavaliada a previsão do Executivo, desde que apresente a respectiva memória de cálculo.
- d) O Poder Executivo deve colocar à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, com antecedência mínima de trinta dias do prazo final para o encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas do exercício subsequente, inclusive da RCL, com as respectivas memórias de cálculo.
- e) As receitas previstas são desdobradas em metas bimestrais de arrecadação pelo Poder Legislativo, em até trinta dias após a publicação da lei de diretrizes orçamentárias, devendo ser especificadas, em separado, as medidas de combate à evasão e à sonegação.

109. O Município Delta, que não possui Tribunal de Contas próprio, apurou, no Relatório de Gestão Fiscal do segundo quadrimestre, receita corrente líquida de R\$ 500 milhões e despesa total com pessoal, apurada pelo regime de competência no mês de referência e nos onze imediatamente anteriores, de R\$ 280 milhões no Poder Executivo e de R\$ 20 milhões no Poder Legislativo. Nenhuma dedução adicional foi identificada. Com base nos arts. 18 a 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal, é correto afirmar:

- a) O Poder Executivo excedeu o limite que lhe cabe, em dois pontos percentuais da RCL, e deverá eliminar o excedente nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, sem prejuízo das vedações aplicadas quando atingido o limite prudencial.
- b) O Poder Executivo excedeu o limite que lhe cabe e deverá eliminar o percentual excedente nos três quadrimestres seguintes, sendo pelo menos vinte e cinco por cento no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.
- c) Não há excesso a ser eliminado, pois o limite global de sessenta por cento da RCL, aplicável ao Município, não foi ultrapassado, sendo irrelevante, para esse fim, a repartição dos limites entre os Poderes.
- d) As vedações aplicadas quando atingido o limite prudencial só se aplicam ao Município depois de esgotado, sem êxito, o prazo de dois quadrimestres para a eliminação do excedente.
- e) Os prazos para a eliminação do excedente serão automaticamente duplicados caso a receita corrente líquida do Município apresente queda real em dois quadrimestres consecutivos.

110. O Estado Beta celebrou dois convênios com o Município Ômega: o primeiro, para a pavimentação de vias urbanas; o segundo, para a construção de uma unidade básica de saúde. Os repasses têm sido efetuados conforme os prazos e o regramento estipulado no convênio. O Estado também efetuará o repasse mensal da quota-parte municipal do ICMS. O Município Ômega não eliminou o excedente de sua despesa total com pessoal no prazo de dois quadrimestres, e o excesso persiste. Considerando o art. 25 da Lei de Responsabilidade Fiscal e as demais normas que disciplinam as transferências voluntárias, é correto afirmar:

- a) O repasse da quota-parte municipal do ICMS e os recursos destinados ao Sistema Único de Saúde constituem transferências voluntárias, sujeitas, portanto, às exigências do art. 25, inclusive a de dotação específica.
- b) Para a realização de transferência voluntária, basta a observância das exigências fixadas na lei de diretrizes orçamentárias, uma vez que a Lei de Responsabilidade Fiscal não estabelece requisitos específicos para tanto.
- c) A suspensão das transferências voluntárias, aplicável ao Município que não reconduziu a despesa total com pessoal, alcança todas as transferências dessa natureza, inclusive as relativas a ações de educação, saúde e assistência social.
- d) O Município Ômega não poderá receber os valores relativos ao primeiro convênio, enquanto perdurar o excesso, mas a vedação não alcança o convênio destinado a ações de saúde. Em qualquer caso, é vedada a utilização dos recursos transferidos em finalidade diversa da pactuada.
- e) Os recursos transferidos mediante convênio podem ser aplicados em finalidade diversa da pactuada, desde que o Município possua dotação orçamentária compatível e comunique a mudança ao ente transferidor.

111. A Lei de Responsabilidade Fiscal disciplina o endividamento público e as operações de crédito. Nesse contexto, é correto afirmar:

- a) A dívida pública consolidada compreende as obrigações financeiras do ente destinadas à amortização em prazo superior a doze meses, de modo que as operações de crédito de prazo inferior a doze meses nunca a integram.
- b) Se a dívida consolidada de um ente ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deve ser reconduzida ao limite até o término dos três quadrimestres subsequentes, com redução do excedente em pelo menos 25% no primeiro. Enquanto perdurar o excesso, o ente fica proibido de realizar operação de crédito, inclusive por antecipação de receita, ressalvadas as para pagamento da dívida mobiliária.
- c) A operação de crédito por antecipação de receita orçamentária pode ser contratada desde o primeiro dia do exercício, devendo ser liquidada, com juros e outros encargos, até 31 de dezembro.
- d) A assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas pelo ente da Federação não se equiparam a operação de crédito, bastando, para sua realização, a observância das exigências relativas à geração de despesa.
- e) É admitida a operação de crédito entre instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo, desde que realizada em condições de mercado e destinada a investimentos.

112. O Estado Zeta, que possui Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e Ministério Público, e o Município Sigma, com 80 mil habitantes, preparam seus relatórios de transparência fiscal do exercício. Com base nos arts. 52 a 55 e 63 da Lei de Responsabilidade Fiscal e no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) vigente, é correto afirmar:

- a) O Estado Zeta deve publicar o Relatório Resumido da Execução Orçamentária ao final de cada quadrimestre, abrangendo apenas o Poder Executivo, por ser o responsável pela execução orçamentária.
- b) O Relatório de Gestão Fiscal do Estado Zeta é de responsabilidade exclusiva do Governador, que consolida as informações de todos os Poderes e do Ministério Público, não cabendo aos demais Poderes e órgãos emitir relatório próprio.
- c) O Estado Zeta deve publicar o Relatório Resumido da Execução Orçamentária até quarenta e cinco dias após o encerramento de cada bimestre, devendo ele conter, entre outros demonstrativos, o balanço orçamentário e a apuração da receita corrente líquida.
- d) O Município Sigma pode optar pela divulgação semestral do Relatório de Gestão Fiscal, faculdade que a Lei de Responsabilidade Fiscal reserva aos Municípios com população inferior a cem mil habitantes.
- e) O Relatório de Gestão Fiscal é emitido, ao final de cada quadrimestre, pelos titulares dos Poderes e órgãos, devendo ser publicado até trinta dias após o encerramento do período, devendo conter o comparativo com os limites de despesa total com pessoal, dívida consolidada e mobiliária, concessão de garantias e operações de crédito, com indicação das medidas corretivas.

TECNOLOGIA APLICADA À CONTABILIDADE*Gilmar Possati*

113. No Estado fictício de Tupinambá, o Poder Executivo mantém o Siafic, integrado sem intervenção humana aos sistemas de folha de pagamento e de compras. A Assembleia Legislativa e o Tribunal de Justiça, alegando autonomia administrativa e financeira, mantêm sistemas próprios de execução orçamentária e financeira, que transmitem diariamente seus dados ao Siafic do Executivo por meio de serviço web, também sem intervenção humana. À luz do Decreto nº 10.540/2020, tem-se que essa configuração

- a) atende ao padrão mínimo de qualidade, pois a comunicação sem intervenção humana caracteriza sistema integrado.
- b) atende ao padrão mínimo de qualidade, desde que o Tribunal de Contas seja comunicado da existência dos sistemas.
- c) atende ao padrão mínimo de qualidade, porque a autonomia dos Poderes autoriza a manutenção de sistema próprio.
- d) descumpre o decreto, que veda mais de um Siafic no ente, ainda que se comuniquem por transmissão de dados.
- e) descumpre o decreto apenas quanto à integração, por exigir que folha e compras sejam módulos do próprio Siafic.

114. Nos termos do art. 4º, § 10, do Decreto nº 10.540/2020, no processamento e na centralização do registro contábil dos atos e fatos que afetem ou possam afetar o patrimônio da entidade, NÃO constitui vedação

- a) o controle periódico de saldos das contas contábeis sem individualização do registro para cada fato contábil ocorrido.
- b) a realização de correções ou de anulações por meio de novos registros, assegurada a inalterabilidade das informações originais.
- c) a geração de registro cuja data não corresponda à data do fato contábil ocorrido, ressalvados os prazos de disponibilidade do sistema.
- d) a alteração dos códigos-fonte ou das bases de dados do Siafic que possam modificar a essência do fenômeno representado.
- e) a utilização de ferramentas de sistema que refaçam os lançamentos contábeis em momento posterior ao fato contábil ocorrido.

115. Considere as afirmações a seguir, relativas aos requisitos de transparência da informação previstos no Decreto nº 10.540/2020.

- I. Considera-se disponibilização em tempo real a disponibilização das informações até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no Siafic.
- II. Quanto à receita, o Siafic deverá permitir a disponibilização das informações referentes ao lançamento, resguardado o sigilo fiscal na forma da legislação, quando for o caso.
- III. Considera-se meio eletrônico que possibilite amplo acesso público o sítio eletrônico que exija cadastramento prévio do usuário, desde que o cadastro seja gratuito.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) II.
- e) I e II.

116. Uma falha na rotina de integração entre o sistema de compras e o Siafic do Estado fictício de Tupinambá gravou em duplicidade, na base de dados, os registros de cadastro de cinco credores. O administrador do Siafic, identificado pelo número de inscrição no CPF e com termo de responsabilidade assinado e armazenado eletronicamente, acessou diretamente a base de dados e excluiu os registros duplicados, mediante expressa autorização do órgão responsável pelo gerenciamento do Siafic, ficando cada operação registrada no histórico gerado pelo banco de dados. Considerando o art. 14 do Decreto nº 10.540/2020, o procedimento

- a) é admitido, porque a vedação de alterar dados ressalva as incorreções decorrentes de erros ou de mau funcionamento do sistema.
- b) é vedado, porque o acesso direto à base de dados é proibido inclusive aos administradores responsáveis pelo sistema.
- c) é vedado, porque toda correção no Siafic deve ser feita pelo contador do ente, por meio de novos registros contábeis.
- d) é admitido apenas se previamente autorizado pelo Tribunal de Contas, a quem compete validar as alterações na base.
- e) é admitido, e dispensaria o registro no histórico do banco de dados, por se tratar de operação técnica de manutenção.

117. Antes do envio da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) de setembro ao Siconfi, o Estado fictício de Tupinambá submeteu a matriz extraída do Siafic à regra de validação segundo a qual, para cada combinação de conta contábil e informações complementares, o saldo inicial acrescido da movimentação do período deve ser igual ao saldo final. Considere as linhas a seguir (valores em reais):

Caixa e Equivalentes, fonte 1.500: saldo inicial 400.000 D; débitos 900.000; créditos 850.000; saldo final 450.000 D

Fornecedores a Pagar, fonte 1.500: saldo inicial 120.000 C; débitos 300.000; créditos 260.000; saldo final 80.000 C

Créditos a Receber, fonte 1.700: saldo inicial 50.000 D; débitos 30.000; créditos 20.000; saldo final 70.000 D

Bens Móveis: saldo inicial 900.000 D; débitos 100.000; créditos 0; saldo final 1.000.000 D

Depreciação Acumulada: saldo inicial 200.000 C; débitos 0; créditos 40.000; saldo final 240.000 C

A regra de validação foi descumprida na linha referente a

- a) Caixa e Equivalentes, fonte 1.500.
- b) Fornecedores a Pagar, fonte 1.500.
- c) Créditos a Receber, fonte 1.700.
- d) Bens Móveis.
- e) Depreciação Acumulada.

118. A rotina automatizada de conciliação entre o sistema de folha de pagamento e o Siafic do Estado fictício de Tupinambá processou a folha de setembro. O resumo da folha apresentou: remuneração bruta, R\$ 5.000.000; consignações retidas dos servidores (contribuição ao regime próprio de previdência, R\$ 600.000; pensão alimentícia, R\$ 300.000; empréstimos consignados, R\$ 200.000); líquido a pagar, R\$ 3.900.000. No Siafic, haviam sido registrados R\$ 600.000 em obrigações com o regime próprio de previdência, R\$ 300.000 em pensão alimentícia a recolher e R\$ 4.100.000 em salários a pagar. Após a correção, por novo registro, da diferença apontada pela conciliação por natureza das obrigações, os saldos de salários a pagar e do total de consignações a recolher relativos à folha de setembro são, respectivamente e em reais,

- a) 3.900.000 e 1.100.000.
- b) 4.100.000 e 900.000.
- c) 3.900.000 e 900.000.
- d) 4.100.000 e 1.100.000.
- e) 3.700.000 e 1.300.000.

119. Correlacione os tipos de análise de dados, na coluna da esquerda, com os exemplos de aplicação às finanças públicas, na coluna da direita.

1. Descritiva
2. Diagnóstica
3. Preditiva
4. Prescritiva

I. A projeção da série histórica de arrecadação do ICMS indica que a receita do último quadrimestre ficará 4% abaixo da prevista.

II. A despesa liquidada com pessoal no exercício foi 9% superior à do exercício anterior.

III. Para manter a despesa com pessoal abaixo do limite prudencial, recomenda-se adiar as nomeações previstas para novembro.

IV. O aumento da despesa com pessoal decorreu de nomeações na área da saúde e do reajuste concedido em maio.

A correlação correta entre as colunas está expressa na alternativa:

- a) 1-I, 2-IV, 3-II, 4-III.
- b) 1-II, 2-III, 3-I, 4-IV.
- c) 1-IV, 2-II, 3-I, 4-III.
- d) 1-II, 2-IV, 3-I, 4-III.
- e) 1-II, 2-I, 3-IV, 4-III.

120. A Secretaria da Fazenda do Estado fictício de Tupinambá pretende utilizar ferramenta de Business Intelligence (BI), alimentada por rotina de extração, transformação e carga a partir do Siafic e dos sistemas estruturantes, para análise de consistência contábil, conciliação e apuração de custos. Sobre essa utilização, tem-se que

- a) o painel de consistência contábil dispensa a validação da Matriz de Saldos Contábeis pelo Siconfi, pois aplica as mesmas regras sobre a base.
- b) a regra que aponta contas de natureza devedora com saldo credor, por unidade gestora e fonte, pode ser executada no BI antes do envio da MSC.
- c) a tabela fato do modelo dimensional deve armazenar os atributos descritivos, como fonte, órgão e período, e as dimensões, os valores.
- d) o painel de conciliações por idade das pendências substitui a escrituração individualizada da disponibilidade de caixa por fonte de recursos.
- e) o custo dos serviços pode ser apurado no BI pela despesa orçamentária liquidada, sem integração com os sistemas de patrimônio e almoxarifado.

ESTUDO DE CASO

Em outubro de 2026, último ano do mandato do Governador, Rafael Moura, analista do órgão central de contabilidade do Estado, examinou a execução orçamentária da Secretaria de Infraestrutura. Constatou que, em julho de 2026, a Secretaria firmou contrato de R\$ 60.000.000,00 para a duplicação de uma rodovia estadual, com execução prevista até junho de 2027 e pagamentos mensais nos dois exercícios. As projeções do tesouro estadual indicavam que, descontados os encargos e as despesas compromissadas a pagar até dezembro, não haveria disponibilidade de caixa para as parcelas de 2027, que seriam custeadas pela arrecadação do exercício seguinte.

Para encerrar o exercício, o secretário de Infraestrutura determinou o cancelamento de restos a pagar processados de 2025, relativos a serviços de manutenção já prestados e atestados, com o objetivo de liberar recursos, e a inscrição em restos a pagar não processados de todos os saldos de empenho existentes, inclusive os de contratos já rescindidos. Determinou, ainda, que a unidade de auditoria interna da Secretaria passasse a gerir o mapa de riscos do órgão e a aprovar previamente os pagamentos de maior valor.

Com base na situação hipotética apresentada, redija um texto dissertativo que aborde, necessariamente, os seguintes aspectos e apresente, ao final, proposta de solução para o caso:

- a) a regularidade do contrato firmado em julho de 2026, à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- b) as medidas determinadas pelo secretário em relação aos restos a pagar;
- c) as atribuições conferidas à unidade de auditoria interna, à luz do Modelo das Três Linhas.

Extensão: até 30 linhas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado. Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos.
Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
